



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 057 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Luiz Nishimori
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 057**

### **52ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 04

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Elton Welter..... 10

Dep. Professor Luizão..... 10

Dep. Tadeu Veneri..... 11

Dep. Jocelito Canto..... 12

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 13

Dep. Antonio Belinati ..... 13

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão ..... 10

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 15

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto..... 16

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch ..... 17

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost ..... 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 21

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 23

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 24

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 24

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 25

**Encerramento da Sessão ..... 26**

### **DIÁRIO Nº 057**

### **52ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**30 DE MAIO DE 2007**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Rui Hara e Professor Luizão.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Carlos Simões, Edgar Bueno, Luiz Fernandes Litro e Plauto Miró (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Caíto Quintana, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori e Nereu Moura (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 143/07

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Estadual Professora Darlene de Jesus Pissaia Moreira.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma quadra esportiva na Escola Estadual Professora Darlene de Jesus Pissaia Moreira na localidade rural de Catanduvás de Fora do município de Carambeí, conforme consta no Protocolo nº 8.658.112-4 de 14 de setembro de 2005 junto à Secretaria de Estado de Obras Públicas.

2) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos e que há tempo vem sendo solicitada. Visa ainda, propiciar à escola uma infra-estrutura imprescindível para a viabilização das aulas de educação física, bem como valorizar o ensino na comunidade.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 144/07

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Rural Santa Cruz.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma quadra esportiva na Escola Rural Santa Cruz para o ano letivo de 2008, a qual funcionará em qualidade administrativa com a rede municipal de ensino do município de Carambeí, conforme consta no Protocolo nº 9285190 junto à Secretaria de Desenvolvimento Escolar.

2) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos e que há tempo vem sendo solicitada. Visa ainda, propiciar à escola uma infra-estrutura imprescindível para a viabilização das aulas de educação física, com o objetivo de manter os alunos da área rural em sua própria comunidade.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 145/07

SÚMULA:

Propõe o aumento do contingente de policiais e ronda ostensiva no bairro da Barreirinha em Curitiba.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de policiais civis e militares no bairro da Barreirinha no município de Curitiba, mais exatamente a instalação de um módulo policial em frente ao terminal de ônibus daquele bairro (Av. Anita Garibaldi, 4000).

II - A determinação de ronda ostensiva nas proximidades, especialmente a utilização de uma viatura fixa e outra móvel.

III - Esta é uma reivindicação antiga dos comerciantes, moradores e em especial dos usuários do sistema de transporte coletivo. Recentes práticas de crimes violentos vêm confirmar tal necessidade. Os bairros da Barreirinha, Abranches, Boa Vista e Cachoeira se beneficiariam de tais medidas.

IV - A insegurança atingiu patamar por demais elevado requerendo medidas urgentes.

V - O atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas trarão enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER autorização para a utilização do horário do

Grande Expediente na Sessão Ordinária do dia 18 de junho de 2007 - Dia do Imigrante Japonês - o qual será utilizado para as comemorações da referida data, quando usará da palavra na oportunidade o Exmo. Sr. Soiti Sato, Cônsul do Japão no estado do Paraná.

Estarão presentes autoridades japonesas e representantes das colônias nipo-brasileiras de todo o estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a reserva do horário do Grande Expediente do dia 30 de agosto de 2007 para a abertura do 1º Encontro das Primeiras Damas do Estado do Paraná - preparatório para a organização das ações de 27 de novembro - Dia de Prevenção do Câncer de Mama.

Requer, outrossim, a reserva do Plenário desta Casa, na mesma data, das 13h às 17h, para a realização do referido encontro.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja reservado o plenarinho desta Casa de Leis no dia 21 de junho de 2007 das 9h às 18h para a realização do Fórum de Debate Paranaense sobre Segurança Pública e Violência Social pela Fundação Força Trabalhista do Paraná e Conselho Comunitário de Segurança da Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, a aprovação de moção reconhecendo como genocídio as atrocidades cometidas contra a população da Ucrânia durante a coletivização forçada promovida pelo governo da União Soviética nos anos de 1932 e 1933, cuja denominação em língua ucraniana é *holodomor*, bem como a remessa do expediente requerido aos entes no fim relacionados.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se do reconhecimento aos milhões de ucranianos que pereceram durante a política de fome artificial operada durante os anos 1932-33 pelo regime stalinista. Estima-se que cerca de 7 a 10 milhões de ucranianos

pereceram vítimas do *holodomor*, número equivalente ao de judeus dizimados no holocausto nazista.

Essa tragédia espanta não somente pelo número de suas vítimas, principalmente entre as crianças. Espanta, antes de tudo, pela política de silêncio adotada pelo regime, motivada por princípios ideológicos e políticos. Os ucranianos assassinados nunca foram reconhecidos como vítimas do terror político.

A palavra *holodomor* resulta da expressão ucraniana *moryty gholodom*, que significa “matar pela fome”.

No 4º sábado do mês de novembro, a Ucrânia e as comunidades ucranianas implantadas em diversos países de acolhimento prestam homenagem às vítimas do *holodomor*.

Os Parlamentos de vários países como Estados Unidos, Canadá, Estônia, Argentina, Austrália, Itália, Hungria, Lituânia, Geórgia e Polônia já reconheceram o *holodomor* como genocídio do povo ucraniano e, desta forma, expressaram a sua opinião sobre este horrendo crime.

O reconhecimento do *holodomor* é ato imprescindível para que prestemos nossa solidariedade com o povo ucraniano, e tema pertinente ao nosso estado, uma vez que no Paraná vivem cerca de 85% dos estimados 400 mil descendentes de ucranianos residentes no Brasil, muitos deles parentes das vítimas da tragédia relatada.

Favorecer a divulgação, através dos meios de comunicação em massa, da verdade sobre a tragédia e reconhecê-la como genocídio é dever dos Parlamentos e nações que promovem o respeito aos direitos humanos.

Estejamos dispostos a lutar contra qualquer das manifestações de regimes totalitários e suas ideologias, contra o desrespeito à dignidade e liberdade do homem!

Eterna esteja presente a memória às vítimas do *holodomor*!

Para que os entes competentes promovam o seguimento da causa, requer que cópias da moção aprovada sejam enviadas para: Presidência da República Federativa do Brasil; Ministério das Relações Exteriores; Presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados; Presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado; Frente Parlamentar Brasil-Ucrânia; Embaixada da República da Ucrânia; Consulado da Ucrânia em Curitiba; Representação Central Ucraniano-Brasileira.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 397/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* do artigo 1º da Lei nº 14895 de 09 de novembro de 2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Aos estabelecimentos que industrializarem produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, localizados nos municípios de Foz do Iguaçu e Pato Branco, fica outorgado o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A cidade de Pato Branco se destaca a nível regional e nacional na produção de tecnologia da informação e comunicação, bem como na qualidade de vida (3ª melhor qualidade de vida do estado e a 36ª do país - PNUD). Os investimentos na área de tecnologia trouxeram perspectivas importantes na área. Cita-se:

*Arranjo Produtivo local - APL de Software, cursos de Tecnologia e Bacharelado nas áreas de Sistemas de Informação, Programa de Empreendedorismo e Inovação, que apóia projetos nas áreas de TIC, Biotecnologia/Agronegócios, Engenharias de Produção Eletromecânica, de Produção Civil e Eletrônica Industrial.*<sup>1</sup>

A ampla estrutura universitária disponível na cidade, além de prestar um ensino de qualidade, possui uma sinergia importante com as empresas.

Localmente, as diversas entidades se articulam para fomentar processos que levam ao desenvolvimento regional. Atuam como atores principais o NTI - Núcleo e Tecnologia da Informação, as IES - UTFPR, FADEP e Mater Dei; o município de Pato Branco; a Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco; o SEBRAE; o Programa de Empreendedorismo e Inovação, o Fórum de Desenvolvimento de Pato Branco, dentre outros.

Neste contexto Pato Branco conta com aproximadamente 69 mil habitantes e o sudoeste do estado do Paraná, com aproximadamente 600 mil habitantes. A economia do sudoeste paranaense ainda baseia-se principalmente no setor primário, destaque para a agricultura familiar. Porém, existe movimentação nos setores de agroindustrialização, metal leve, software e confecções, como forma atuante na agregação de valor aos produtos primários.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná possui campi nas 3 principais cidades da região, com cursos nas áreas de graduação, pós-graduação e técnicos profissionalizantes e contribui para o desenvolvimento regional em conjunto com a SETI, LACTEC, entidades de classe e demais instituições de ensino superior, através

1. Universidade Tecnológica do Paraná - Campus Pato Branco - Coordenação do PROEM - Programa de Empreendedorismo e Inovação.

da criação e implantação de vários projetos. A criação de 3 novos cursos de Engenharia, nas áreas industrial elétrica, produção civil e produção eletromecânica, no campus de Pato Branco, traz a necessidade de se criar mecanismos que permitam a transferência de tecnologia e a aplicação de pesquisas desenvolvidas nas áreas, proporcionando a criação de novos processos e produtos de alta tecnologia.

Assim, tem-se a implantação e consolidação do Centro de Tecnologia Integrada são fatores cruciais no desenvolvimento regional, uma vez que permitem que novos projetos e empresas nas áreas de automação industrial, tecnologia de informação, comunicação e biotecnologia possam ser incubadas e venham a fixar-se no Parque Tecnológico de Pato Branco. Para que uma real atuação das diversas áreas do saber ocorra, é necessária a consolidação de ações que possam produzir resultados rápidos, tais como: incentivos locais e estaduais, já que os atores e ativos estão disponíveis e interligados.

Neste contexto, no ano de 1997, através da Lei nº 11803, foi criado o Pólo Agroindustrial e Eletroeletrônico, sequencialmente foi instituído o CETIS - Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste do Paraná - condomínio tecnológico que agrega conhecimento e empresas num mesmo espaço.

No atual estágio, a participação do Governo Estadual se faz através de Convênio nº 045/05, que na data de 23 de dezembro de 2005 a SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento e o município de Pato Branco firmaram, objetivando a operacionalização do Parque Tecnológico de Pato Branco, focado em Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, Biotecnologia e Agronegócios.

Neste sentido, justifica-se a alteração da Lei nº 14895, que especifica tratamento diferenciado em relação ao ICMS, no que tange ao desenvolvimento de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações e informática, bem como desenvolvimento de software e demais agregados para o município de Pato Branco e região do sudoeste do estado, atendendo assim as especificações iguais as do município de Foz do Iguaçu.

PROJETO DE LEI Nº 398/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a eliminação, em todo o estado do Paraná, do uso do fogo como método despalhador e facilitador de corte da cana-de-açúcar.

Art. 2º Os plantadores de cana-de-açúcar que utilizem como método de pré-colheita a queima da palha são obrigados a tomar as providências necessárias para eliminar esta prática.

Art. 3º Os canaviais plantados a partir da data da publicação desta lei, ainda que decorrentes da expansão dos então existentes, ficarão sujeitos ao disposto no artigo 2º.

Art. 4º A proibição total da queima da palha de cana-de-açúcar dar-se-á a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 5º Até que se inicie a proibição contida no *caput* do artigo anterior, não se fará a queima da palha de cana-de-açúcar a menos de:

I - 1 (um) quilômetro do perímetro da área urbana definida por lei municipal e das reservas e áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas;

II - 100 (cem) metros do limite das áreas de domínio de subestações de energia elétrica;

III - 50 (cinquenta) metros contados ao redor do limite de estação ecológica de reserva biológica, de parques e demais unidades de conservação estabelecidas em atos do poder federal, estadual ou municipal e de refúgio da vida silvestre, conforme as definições da Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000;

IV - 25 (vinte e cinco) metros ao redor do limite das áreas de domínio das estações de telecomunicações;

V - 15 (quinze) metros ao longo dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica;

VI - 15 (quinze) metros ao longo do limite das áreas de domínio de ferrovias e rodovias federais e estaduais.

Parágrafo Único. A partir dos limites previstos nos incisos anteriores, deverão ser preparados, ao redor da área a ser submetida ao fogo, aceiros de, no mínimo 3 (três) metros, mantidos limpos e não cultivados, devendo a largura ser ampliada, quando as condições ambientais, incluídas as climáticas, e as condições topográficas exigirem tal ampliação.

Art. 6º O responsável pela queima deverá:

I - realizar a queima preferencialmente no período noturno, compreendido entre o pôr do sol e o nascer do sol, evitando-se os períodos de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação de forma a facilitar a dispersão da fumaça e minimizar eventuais incômodos à população;

II - dar ciência formal e inequívoca aos confrontantes, por si ou por seus prepostos, da intenção de realizar a queima controlada, com o esclarecimento de que, oportunamente, a operação será confirmada com a indicação de data, hora e início e local;

III - dar ciência formal, com antecedência mínima de 96 (noventa e seis) horas, da data, horário e local da queima aos lindeiros e às unidades locais da autoridade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou órgão compe-

tente previamente designado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - quando for o caso, sinalizar adequadamente as estradas municipais e vicinais, conforme determinação do órgão responsável pela estrada;

V - manter equipes de vigilância adequadamente treinadas e equipadas para o controle de propagação do fogo, com todos os equipamentos de segurança pessoal necessários;

VI - providenciar o acompanhamento de toda a operação de queima, até sua extinção, com vistas à adoção de medidas adequadas de contenção do fogo na área definida para o emprego do fogo.

Parágrafo Único. É vedado o emprego do fogo, numa única operação de queima, em área contígua superior a 400 ha (quatrocentos hectares), independentemente de o requerimento ter sido feito de forma individual, coletiva ou por agroindústria.

Art. 7º O requerimento de autorização, para cada imóvel, independentemente de estar vinculado à agroindústria, deve ser instruído nos termos do regulamento.

§ 1º Sendo contíguos os imóveis, o requerimento de autorização poder ser instruído com uma única planta, observadas as exigências fixadas, sendo que cada imóvel deverá ser referido à respectiva matrícula ou ao documento imobiliário a que corresponder.

§ 2º Considera-se comunicação de queima controlada de palha de cana-de-açúcar o documento subscrito pelo interessado no emprego do fogo para despalhamento da cana-de-açúcar, mediante o qual dá ciência à autoridade ambiental ou ao órgão regional que esta determinar compete, de que cumpriu os requisitos e as exigências desta lei.

§ 3º O requerimento para a queima pode ser apresentado individualmente pelo titular do imóvel, por grupo de titulares ou por agroindústria que mantenha com o mesmo titular, ou diversos titulares, contrato de arrendamento, parceria ou outro instrumento hábil a garantir o fornecimento de cana-de-açúcar para suas atividades.

§ 4º No caso de grupo de titulares, o documento poderá ser subscrito pela associação de fornecedores de cana-de-açúcar da região onde se insere a área objeto da queima, ficando os associados responsáveis pelo cumprimento das exigências legais e a entidade apenas pela apresentação dos documentos necessários à instrução do requerimento.

§ 5º Excepcionado o disposto no parágrafo anterior, caso o requerimento seja feito por grupo de titulares ou por agroindústria, cabe ao interessado subscrever a comunicação de queima controlada.

§ 6º O requerimento será instruído com procuração específica, quanto efetuado por terceiro, pessoa física ou jurídica.

Art. 8º A autoridade ambiental determinará a suspensão da queima quando:

I - constatados e comprovados risco de vida humana, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis;

II - a qualidade do ar atingir, comprovadamente, índices prejudiciais à saúde humana, constatados segundo o fixado no ordenamento legal vigente;

III - os níveis de fumaça originados da queima, comprovadamente, comprometam ou coloquem em risco as operações aeronáuticas, rodoviárias e de outros meios de transporte.

Art. 9º Os requerimentos para a queima devem ser protocolados até o dia 2 de abril de cada ano, no Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou órgão competente designado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que atender a respectiva região.

§ 1º A autorização será expedida:

1) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data em que for protocolado o requerimento, salvo se houver exigência a ser cumprida, que deverá ser comunicada ao interessado por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo;

2) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do cumprimento da exigência a que se refere o item anterior;

3) expirados os prazos constantes neste parágrafo, considera-se automaticamente concedida a respectiva autorização, independentemente de sua comunicação ou de qualquer outra manifestação da autoridade ao requerente.

§ 2º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser enviado por meios de comunicação eletrônica.

Art. 10. O Poder Executivo, com a participação e colaboração dos municípios onde se localizam as agroindústrias canavieiras e dos sindicatos rurais, criará programa visando:

I - à requalificação profissional dos trabalhadores, desenvolvida de forma conjunta com os respectivos sindicatos das categorias envolvidas, em estreita parceria de metas e custos;

II - à apresentação de alternativas aos impactos sócio-político-econômicos e culturais decorrentes da eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar;

III - ao desenvolvimento de novos equipamentos que não impliquem dispensa de elevado número de trabalhadores para a colheita da cana-de-açúcar.

Art. 11. A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através dos órgãos e dos Conselhos Municipais e Câmaras Setoriais da Cana-de-Açúcar, com a participação das demais Secretarias envolvidas, acompanhará a modernização das atividades e a avaliação dos impactos da eliminação da queima sobre a competitividade e ocorrências da cadeia produtiva.

Art. 12. O não cumprimento no que determina a presente lei, nas exigências e condições instituídas em

razão da aplicação de suas normas, sujeita o infrator ao pagamento de multa de 20 (vinte) UPFs/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná, por hectare de área queimada.

§ 1º A penalidade estabelecida neste artigo será aplicada sem prejuízo das já estabelecidas na legislação federal, estadual e municipal que tenha por finalidade o controle da poluição e a proteção do meio ambiente.

§ 2º Além das penalidades previstas neste artigo, o infrator será obrigado à recomposição da vegetação, quando for o caso, de acordo com critérios definidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 3º As penalidades decorrentes do descumprimento das disposições deste decreto incidirão sobre o responsável pela queima, seja ele proprietário, arrendatário, parceiro ou posseiro, ainda que praticadas por preposto ou subordinado e no interesse do proponente ou superior hierárquico.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

#### **A Irrracionalidade das Queimadas**

Está na Constituição: todo ato que prejudica a saúde pública e o meio ambiente é criminoso. Logo, queimada é crime. Outra irregularidade é que ela não atinge nem de longe os 20% de índice de cobertura florestal, como prevê o código.

Além de criminoso é a causa de muitos males, a começar pelos problemas de saúde. Devido ao fato delas coincidirem com a época mais seca do ano, agravam as doenças respiratórias e de pele. Fato este constatado por profissionais e estudiosos da saúde que vêm observando um considerável aumento no índice de moléstias como bronquite, asma alérgica, pneumonia e rinite.

Para o meio ambiente, seus efeitos também são desastrosos. No ar, lança gases tóxicos e cancerígenos, que contribuem com o efeito estufa - aquecimento da Terra e, alteram o clima e o regime de chuvas. O solo é empobrecido de nutrientes, sendo retirada sua camada mais fértil e favorecendo o aparecimento de ervas daninhas. Para os pássaros e outros animais, significa a perda do local em que viviam e muitas vezes a sua morte.

Do ponto de vista energético e econômico é considerada uma irracionalidade, já que desperdiça uma enorme quantidade de energia e, por empobrecer o solo, aumenta a necessidade de adubação química. Além do mais, o país fica mal visto no mercado europeu e americano, que fazem restrições aos produtos que, em qualquer fase de seu ciclo de vida, prejudicam excessivamente o meio ambiente.

Não se pode deixar de comentar também o lado social. São desumanas as condições de trabalho dos cortadores de cana queimada. Não há programas de classifi-

cação profissional ao trabalhador, que fica exposto a elevadas temperaturas, respirando cinzas, alimentando-se com uma dieta miserável e fria, sem qualquer direito social, recebendo uma remuneração indecente, sem um equipamento adequado de segurança.

Seja sob a ótica ambiental, da saúde, jurídica, econômica ou social, a queimada é um ato destrutivo e precisa acabar.

#### **O refúgio dos usineiros**

Devido aos fartos subsídios oferecidos pelo PROALCOOL a partir de 1975, a colheita de cana passou a ser feita pelas usinas, que se equiparam, adquiriram enormes quantidades de terras, arrendaram o restante das propriedades agrícolas, e o que é pior, passaram a queimar a palha da cana para ganhar eficiência no corte e no transporte e a pagar menos aos trabalhadores rurais. Porém, se ao invés de ser queimada, a cana fosse colhida crua (verde), haveria um maior aproveitamento energético, além de que a palha poderia ser transformada em ração, papel e para melhorar o próprio solo. Sem contar que o número de trabalhadores seria pelo menos duplicado. Desta forma, não cabe a desculpa de que a abolição das queimadas aumentaria o desemprego, desculpa essa em que os usineiros se apóiam.

#### **Alternativas sustentáveis**

- Aproveitar a palha da cana como fonte de energia e produção de adubo, ração;
- providenciar equipamento de proteção ao trabalhador para o corte de cana crua;
- dar maior valor ao trabalhador por tonelada de cana cortada crua;
- estabelecer programas de qualificação profissional para os cortadores de cana, tendo em vista a crescente mecanização do corte;
- utilizar mão-de-obra dos trabalhadores na entressafra para reflorestamento de matas e margens de rios e córregos.

PROJETO DE LEI Nº 399/07  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Organização Municipal de Defesa à Cidadania, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Organização Municipal de Defesa à Cidadania atua há quase 4 anos no atendimento emergencial em primeiros socorros, no combate de incêndios, promovendo educação sócio-ambiental, ministrando cursos e palestras

nessas áreas. De forma voluntária a Organização faz periodicamente a manutenção e o zelo do Monumento Natural Gruta da Lancinha. Seus membros fazem parte do Corpo de Bombeiros Voluntários e assim da Defesa Civil do município de Rio Branco do Sul. A entidade ainda possui uma ambulância e presta serviços voluntários no atendimento em primeiros socorros diariamente naquele município.

Esses exemplos, de muitos outros, demonstram o merecimento e a razão pela qual solicitamos aos nobres Pares a decretação de utilidade pública e tão nobre instituição.

PROJETO DE LEI Nº 400/07  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fixa no estado do Paraná, o valor máximo permissível (VMP) para ácidos haloacéticos (HAA) em 60 µg/L (60 micro gramas por litro) e 80 µg/L (80 micro gramas por litro) para trialometanos (TAM) para todos os serviços de saneamento básico.

Parágrafo Único. A falta de observância dos índices dispostos no *caput* deste artigo implica em imediata comunicação ao Ministério Público Estadual, para as ações cabíveis.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### **JUSTIFICATIVA:**

Anexamos a este projeto de lei de atualização da legislação paranaense quanto ao valor máximo permissível (VMP) para trialometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA), de autoria do doutorando em Engenharia Química, Mestre Ricardo Andreola, orientado pelo professor Dr. Marcelino Luiz Gimenes, PhD e professora Dra. Rosângela Bergamasco, da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Estudos epidemiológicos recentes vêm demonstrando, cada vez mais, a relação de compostos halogenados (TAM e HAA) presentes na água tratada com o elevado número de casos de câncer. Existem evidências indicando que casos de câncer de bexiga, cólon e reto, estão relacionados à presença destes compostos na água tratada. É indiscutível a importância da administração do cloro para o tratamento da água, contudo, são gerados outros compostos nocivos à saúde, como os trialometanos (TAM) e os ácidos haloacéticos (HAA).



Nos Estados Unidos os níveis de trialomitanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA) já foram reduzidos, mostrando a importância desse controle para a saúde pública. No Brasil, infelizmente, o nível para trialomitanos (TAM) continua em 100 µg/L (100 micro gramas por litro), valor que já há muito tempo não é aceito na América do Norte, e para ácidos haloacéticos, simplesmente ainda não há legislação regulamentadora.

PROJETO DE LEI Nº 401/07  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR - autorizado a doar ao município de Maringá o imóvel de 797,28 m<sup>2</sup>, parte ideal da área constante na fl. 095, do Livro 3-H, de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis - 1º Ofício da Comarca de Maringá, relativo ao Lote 39-D da Matrícula 1455.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será específica e exclusivamente utilizado na abertura de via pública de acesso à Creche Municipal Cecily Barros, no município de Maringá.

Art. 3º O município de Maringá não pode dar destinação diversa do previsto nesta lei ao imóvel doado, ficando automaticamente revertido ao patrimônio do estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso do imóvel, sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Em dezembro de 1999, o Conselho de Administração da FUNDEPAR já se posicionara favorável à doação do imóvel de que trata esta lei, para o município de Maringá.

Cabe salientar que a rua de acesso à Creche Municipal Bárbara Cecily Barros já está aberta e ensaiada. Segue anexo abaixo-assinado dos moradores da região reivindicando a pavimentação da referida via pública.

Esta lei tem por objetivo regularizar a situação do imóvel, haja vista que a prefeitura necessita pavimentar a via pública e não pode utilizar os recursos públicos sem que a situação jurídica do imóvel fique regularizada.

PROJETO DE LEI Nº 402/07  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Do produto de arrecadação das multas de trânsito aplicadas aos veículos terrestres cadastrados no

estado do Paraná, será destinado 15% (quinze por cento) às Santas Casas de Misericórdia do Estado do Paraná.

Art. 2º Do produto da arrecadação destas multas, aplicadas por municípios e outras unidades da federação, deverá ser, antes do repasse ao ente emissor, destinado 15% (quinze por cento) às Santas Casas de Misericórdia do Estado do Paraná.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

**JUSTIFICATIVA:**

É sabida a insatisfação da população com a chamada indústria de multas, que se instalou em nosso estado. Contudo, se uma parcela dessa arrecadação for destinada às causas de reconhecida nobreza, como é o caso das Santas Casas de Misericórdia que prestam inestimável atendimento de saúde pública aos mais necessitados, por cento, o contribuinte sentir-se-á mais reconhecido de sua importância e necessidade.

Verifica-se, em todo o mundo, o crescimento do número de acidentes de trânsito. Por esse motivo, a Organização Mundial da Saúde - OMS, estima que esta será a terceira maior causa mundial de mortes, no ano de 2020.

O Brasil alinha-se com a tendência referida, ao associar, de um lado, uma frota crescente de veículos a uma infra-estrutura de transporte comprometida e, de outro, a inexistência de uma política pública de prioridade ao transporte coletivo nos grandes centros urbanos com a insuficiência de aplicação dos preceitos do Código de Trânsito Brasileiro, quanto à educação, segurança e fiscalização do trânsito.

Dados de 2003, da Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde, do Ministério da Saúde, revelam a ocorrência de 33 mil 138 óbitos causados por acidentes de trânsito.

Em 2003, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, divulgou como sendo de R\$ 5,3 bilhões, ao ano, os custos nacionais relativos aos acidentes de trânsito nas áreas urbanas, que incluem valores referentes ao resgate e ao tratamento hospitalar dos feridos, em geral, elevados, devido à amplitude e tempo das terapêuticas demandadas pelo paciente, notadamente, o politraumatizado.

Em dezembro de 2006, o mesmo instituto apresentou estudo envolvendo as unidades da federação que possuíam cadastros completos de acidente nas rodovias estaduais com bancos de dados disponíveis e tiveram os seus custos padrão por acidentes determinados por modelos ajustados sobre os resultados das rodovias federais,

cujos resultados, dos custos totais e custos médios, sendo R\$ 1,2 bilhões referentes ao estado do Paraná.

Embora a destinação do orçamento para a área de saúde tenha veiculação legal, é comum que a mídia divulgue denúncias de atendimento precário ou inexistente na rede pública hospitalar, demonstrando a insuficiência de recursos.

Por sua vez, a vítima de acidente de trânsito demanda o atendimento imediato prestado nas áreas de pronto-socorro dos hospitais das rede pública de saúde, notadamente as Santas Casas de Misericórdia, para onde são levados todos os acidentados de trânsito, independentemente de condição social. Essas unidades devem estar aptas a intervenções de emergência prestadas por uma equipe médica multidisciplinar, com o apoio de pessoal, equipamentos e medicação adequados.

A sobrevida desses acidentados pode depender de intervenções cirúrgicas e de sua permanência em Unidades de Terapia Intensiva - UTI. Desse modo, fica claro que o atendimento à vítima de trânsito requer valores significativos dos recursos recebidos pelos hospitais públicos, pelo que todo e qualquer adicional é sempre positivo.

Tendo em vista contribuir para sanar o déficit constatado, o projeto de lei aqui apresentado pretende estabelecer uma fonte de recursos regular, direcionada especificamente às Santas Casas de Misericórdia que atendem à vítimas de trânsito com trauma, destinando 15% (quinze por cento) do valor arrecadado com as multas de trânsito a essas instituições.

Diante da relevância da matéria e o alcance social da medida, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto ora apresentados.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao 1º orador inscrito, Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com satisfação venho a esta tribuna.

O estado do Paraná estava, através do Sr. Secretário Valter Bianchini, formatando um programa de equivalência em leite. De equivalência em milho já é uma decisão tomada: para os equipamentos para a agricultura familiar, a moeda vai ser milho. Para a nossa felicidade, essa proposta foi levada pelo Secretário ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que acatou e os projetos do PRONAF para a agricultura familiar, que trabalha com a pecuária leiteira, para quem quiser vacas leiteiras, equipamentos, como resfriadores de leite, até para consolidarmos a aplicação da Instrução Normativa 51, a moeda para o pequeno produtor será o leite.

A CONAB definirá, nos próximos dias, o valor de referência, para que os contratos do PRONAF sejam convertidos em leite. O produtor saberá quantos litros de leite será a prestação dele, para pagar nesses empréstimos junto ao Banco do Brasil. agência SICREDI, agências que operam no sistema de crédito agrícola.

É uma notícia extraordinária para a pequena agricultura. Eu não esperava que fosse tão rápida essa decisão. O Ministro já determinou e vai ser anunciado no Plano Safra deste ano de 2007 e 2008. Comemoro com muita alegria, porque o estado do Paraná está investindo muito no leite, apostando o dinheiro do Fundo Paraná, que é controlado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia - grande parte dos recursos estão definidos para a ciência e tecnologia na pesquisa, para melhorar a qualidade e a industrialização do leite, no interior do estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao 2º orador inscrito, no Pequeno Expediente, ao Deputado Professor Luizão.

### ***Deputado Professor Luizão (PT)***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Inscrevi-me para falar sobre um seminário que está acontecendo, hoje, em Curitiba, sobre segurança bancária, organizada pela CUT, FETEC, Sindicato dos Bancários de Curitiba e região, Sindicato dos Vigilantes. É um seminário nacional sobre segurança bancária. Pude estar pela manhã representando a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, que foi convidada oficialmente.

O Presidente da Comissão, Deputado Mauro Moraes, não pôde estar presente, mas representamos a comissão e, conseqüentemente, também a Assembléia Legislativa. Colocamo-nos à disposição àquilo que for de competência deste Poder Legislativo, para poder auxiliar neste assunto que considero importante, sobre segurança bancária. Estamos acompanhando a situação dos bancos, pois muitos deles não cumprem as regras estabelecidas na lei federal sobre segurança bancária, muitos bancos não atendem a exigência de ter sempre 2 vigilantes na agência e desde o momento da abertura da agência sempre tem que ter 2 vigilantes, sistema de filmagem para poder identificar possíveis assaltantes. Muitos não averiguam adequadamente o sensor de metais nas portas de entrada dos bancos e muitos bancos não instalam a portagratória adequadamente.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Um dos assuntos bastante discutidos hoje nesse seminário foi em relação aos caixas de atendimento auto-

mático, onde o cliente não tem nenhum tipo de segurança. Você chega em um caixa de atendimento automático que mesmo durante o dia não tem vigilante, não tem porta onde possa identificar alguém que esteja entrando armado na agência, e fora do horário de expediente é pior ainda, porque muitos bancos ficam totalmente abandonados e o cliente fica exposto a todo o risco, porque não tem vigilante e não tem porta de segurança.

Enfim, esse foi um dos assuntos discutidos e outro é referente às casas lotéricas, onde as pessoas de baixa renda utilizam esses serviços e sabemos que as lotéricas que prestam o serviço bancário seriam uma subagência e deveria estar sendo custeado o serviço de vigilância nessas subagências e as pessoas de baixa renda, então, ficam totalmente expostas, porque não têm serviço de vigilância e também não têm nenhum instrumento de filmagem e porta nem se fala - sabemos que o quanto foi difícil para os bancos assimilarem a necessidade, enfim, da importância de instalarem as portas-giratórias para dar mais segurança aos funcionários.

Outra questão levantada ainda nesse seminário é que muitos bancos, muitas agências, para reduzirem o custo e poder economizar, eles reduzem justamente na segurança, deixando só um vigilante, não instalando o sistema de monitoramento adequado, enfim, tudo em função do lucro e quem acaba perdendo com isso são os clientes. Foi muito elogiada a Caixa Econômica Federal, que fez uma discussão com o Sindicato dos Vigilantes sobre a necessidade de melhorar a segurança, portanto, a Caixa Econômica tem pontuado muito bem no item segurança, porque eles têm instalado as portas de maneira adequada, o serviço de filmagem tem sido adequado e sempre tem mantido 2 vigilantes nas agências, porque se em algum momento 1 tem que se ausentar, o outro fica de prontidão.

Então, considere importante. Eles, ao final deste dia vão elaborar uma carta e na sequência farei questão de poder trazer aqui e ler a carta que é um resultado desse 3º Seminário Nacional sobre Segurança Bancária.

Era isso, Srs. Deputados, e obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada.

Ontem tivemos aqui na Assembleia Legislativa o início de um processo que infelizmente já havíamos, há 1 mês e meio ou 2 meses atrás, dito que poderia chegar um processo de cada vez mais confronto entre o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e o Governo do Estado. Quatro funcionários do estado da área da saúde, a Elaine, a Marlene, a Lismari e a Beatriz entraram em um processo de protesto por 48 horas, fazendo uma greve de fome por

48 horas por ser a última alternativa que entendem essas pessoas, algumas delas dirigentes do sindicato, para sensibilizar o Governo e buscamos encontrar um caminho para reverter o processo que está instalado no sindicato e na base do Sindicato da Saúde e que fez com que neste mês tivéssemos cerca de 540 funcionários, Deputado Péricles, com desconto que vão de 1 dia a 23 dias. Descontos esses que são absolutamente ilegais pela forma que estão sendo feitos.

Acredito que estamos buscando aqui, ontem alguns Deputados, a Deputada Rosane, o Deputado Cheida, o Deputado Elton Welter, o Deputado Pedro Ivo, a Deputada Luciana e também o Deputado Zucchinho, estiveram com o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Nelson Justus, colocando essa preocupação, e principalmente buscamos, através da presidência, uma forma de termos uma negociação com o Governo do Estado. O Presidente da Assembleia sinalizou sobre a possibilidade de um grupo de Deputados, incluindo o Presidente, procurar o Governador Roberto Requião assim que ele retornar da sua viagem ao Japão e à França, ainda nesta semana, buscamos fazer com que haja minimamente um processo de entendimento.

Mas, o que eu quero deixar aqui, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com muita clareza, é que não podemos assistir impassivelmente o que está acontecendo. Não é possível que continuemos vendo situações em que dirigentes sindicais liberados, Deputado Péricles, tenham 23 dias de desconto por não terem trabalhado. Mas, essas pessoas estão liberadas! Deputado Belinati, o senhor que tem insistentemente também feito pronunciamentos nesse sentido, o Deputado Ney Leprevost, que é o Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, é preciso que esta Casa se mostre, de alguma forma, como um poder, de fato, autônomo. Não é possível que continuemos vendo funcionários que trabalharam, que vão entrar com ação contra o Governo do Estado, terem descontos que vão, como eu falei aqui, Deputado Rossoni, de 1 a 23 dias. Hoje essas 4 pessoas que estão fazendo essa greve de fome, estão na Secretaria da Saúde, estão às portas do Secretário da Saúde, que não as recebeu - o Deputado Péricles já esteve pela manhã junto com elas, o Deputado Cheida também esteve lá, outros Deputados vão estar ainda durante o dia.

É lamentável que o Secretário da Saúde continue sendo a “Rainha da Inglaterra”. É lamentável que o Secretário da Saúde continue mais apegado ao seu cargo do que aquilo que, na verdade, esperávamos de uma pessoa que tem a responsabilidade que tem o Secretário e que continua dizendo que há um parecer da Procuradoria Geral que permite, através de um entendimento de uma leitura que é feita do Estatuto do Servidor Público, que após uma hora de atraso, você perca o dia.

Ora, o que não se entende é porque essas pessoas que vão perder o dia, então, não são comunicadas formalmente que terão o seu dia perdido. Então, essas pessoas trabalham, tiveram o desconto, vão recorrer, vão ganhar.

O estado vai ter um prejuízo, e nós vamos, a partir da semana que vem, a partir dessa discussão que vamos fazer, inclusive, com o Governador, reapresentar, em nome de diversos Deputados, um projeto que prevê, como havíamos feito aqui, Deputado Dobrandino, inclusive com o seu aval, que prevê as 30 horas para a saúde no Paraná. Talvez assim, esta Casa, definitivamente, possa pôr fim a essa polêmica que tanto mal tem causado a essas pessoas, ao nosso estado e certamente, por que não, ao próprio Governo. Então, eram essas as considerações.

E eu quero aqui, de público, agradecer ao Sr. Presidente Nelson Justus, por ter não só recebido a Comissão de Deputados ontem, mas principalmente por ter recebido o Sindicato e de ter sinalizado, claramente, a necessidade de buscarmos o Governador, buscarmos outros canais e tentarmos sair desse impasse, porque é absolutamente impossível continuar fazendo como se nada tivesse acontecido, como se as coisas continuassem normais, quando na verdade sabemos que há um confronto anunciado há 2 meses e que deve acontecer a partir de amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### **Deputado Jocelito Canto (PTB)**

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que nos traz à tribuna desta Casa hoje e nos próximos dias, estamos fazendo uma investigação, e nos próximos dias vou trazer a esta Casa, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, nos próximos dias vou trazer a esta Casa algo inédito: quanto custa uma vida. Eu já consegui os números, dificilmente alguém divulga, mas agora vou trazer nos próximos dias, aqui, quanto custa uma vida. Os senhores se preparem porque vai ser bem forte, vou mostrar a esta Casa, Deputada Rosane, quanto vale uma vida, se tiver dinheiro - se tiver dinheiro, uma vida vale tanto - vou trazer dados, números, documentos, vai ser uma vergonha para esta Carta de Puebla, vai ser uma vergonha para quem dirige a saúde no estado do Paraná.

Estou me reportando ao meu lado radialista de 25 anos para buscar preciosidades de que esta Casa vai saber o quanto custa uma vida, e também estou me dedicando a um outro órgão deste estado, nos próximos dias também, faz dias que venho investigando, um Poder que quer estar acima dos outros Poderes, e nos próximos dias vou ter a coragem, como poucos políticos têm no Paraná, de trazer aqui algo sobre um Poder que vai deixar muita gente preocupada, muita gente, porque tem muita gente que não fala às vezes, porque o rabo está preso. Como o meu rabo não está preso com ninguém e que até os erros que eu

possa ter cometido o estão *sub judice* e são erros lá atrás, erros que entendem alguns, outros entendem que não é, então eu me reporto aqui, errei ou que pensam que eu errei, eu discuto, mas neste mandato não há rabo que fique preso e aí vamos trazer aqui dados de um Poder que também vai deixar muita gente estarecida, de um Poder muito importante neste Paraná, que se diz todo poderoso, mas que vai cair de joelhos nesta Casa. Aguardem que estou trabalhando neste caso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que eu quero trazer nesta Casa, hoje, são 2 pedidos de informações e espero que o Líder do Governo, Deputado Romaneli, não proíba aquilo que Requião autorizou, de que todos os pedidos de informações podem ser pedidos pelos Deputados, o Governador disse nesta tribuna que estou, que todos os pedidos devem ser apresentados, votados e com transparência se governar este Paraná.

Estou hoje fazendo 2 requerimentos pedindo a presença do Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e da Secretaria do Meio Ambiente, no caso do município de Carambeí. Carambeí está sem aterro sanitário, sem lixão, está colhendo o lixo e colocando em caçambas em um depósito provisório na cidade de Carambeí. A cidade de Castro proibiu Carambeí de levar o lixo para lá e hoje Carambeí não está colocando lixo no aterro de Castro, o lixo está sobre caminhões colocados na cidade de Carambeí.

Agora estou fazendo 2 requerimentos ao Secretário Cláudio Xavier, perguntando a ele que providências pode tomar a Secretaria da Saúde já que existe um perigo de uma epidemia de doenças em função que estamos falando do lixo de uma cidade que não está indo para o local correto, está sendo armazenado em caminhões em ruas da cidade de Carambeí.

É importante destacar aqui, Sr. Presidente, que Carambeí é a cidade da alimentação, é a cidade que mais produz alimentos, é uma cidade que vive da alimentação, que produz iogurtes, frangos, é uma cidade que as indústrias estão a produzir alimentos, é uma das cidades que mais produz alimentos no Paraná! Justamente nesta cidade a coleta de lixo não está acontecendo, já faz dias!

Faço este alerta aqui ao Secretário do Meio Ambiente, Secretário Rasca, faço esse alerta aqui ao Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde, porque daqui a pouco vamos ter uma epidemia, alguma doença proveniente deste lixo colocado em situação precária da cidade de Carambeí. É preciso intervir, as autoridades ambientais e as autoridades de saúde, por isso estou fazendo este requerimento pedindo que o Governo interfira para não remediar depois, quando houver um caos da saúde!

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença entre nós desta figura humanitária, grande administrador público, Edno Guimarães, já foi nosso colega aqui e hoje comanda, com sucesso, a Prefeitura de Cianorte.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado, seja bem-vindo, Deputado Prefeito Edno Guimarães.

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

## **Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres colegas.

Apenas para fazer um registro de que ontem a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em uma reunião com a participação da Deputada Rosane Ferreira, do Deputado Osmar Bertoldi, do Deputado Dobrandino e do Deputado Elton Welter, propôs duas ações que foram aprovadas em Plenário na forma de requerimentos. A primeira delas solicitando à SANEPAR que faça um levantamento, um estudo completo sobre as emissões de gases estufa que a nossa Assembléia Legislativa faz. Como todos nós sabemos, estas emissões ocorrem não apenas pelos veículos que utilizamos, os nossos assessores, os próprios funcionários do Legislativo estadual paranaense, os veículos automotores, também as nossas viagens de avião ou outros meios, o papel que consumimos, os cliques que usamos, as luzes e os computadores que deixamos ligados e assim por diante.

Após esse estudo, Presidente, que será objeto desses próximos meses, estaremos propondo à Assembléia Legislativa a transformação da nossa Assembléia no que hoje se convencionou chamar Parlamento carbono neutro. Então estamos em vias de transformarmos a Assembléia Legislativa do Paraná no primeiro Parlamento carbono neutro do país. O que é extremamente importante, dado a importância da Assembléia Legislativa do Paraná e as repercussões que isso possa ter para os outros Legislativos Estaduais e Municipais, bem como às outras instituições, sejam elas executivas, judiciárias, enfim até a iniciativa privada.

Portanto, estamos em um encaminhamento dado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que reputo da mais alta importância. Além do que, Srs. Deputados, esta não é apenas uma iniciativa de estudos e proposição, mas fará com que os gastos, o custeio do Parlamento paranaense seja reduzido, porque além de neutralizar as emissões, seguramente estaremos trabalhando para irmos reduzindo o que gastamos aqui na Assembléia Legislativa. Isso será quase que uma decorrência, uma coisa da outra.

A segunda decisão que a comissão tomou, Sr. Presidente, foi de fazermos uma solicitação, já aprovada por todos os Deputados ontem aqui em Plenário, à nossa Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para que implante aqui na Assembléia o Programa Desperdício Zero, que é um programa que visa a redução do consumo, do desperdício e também a reciclagem de tudo aquilo que seja possível reciclar. Estaremos com isso, Presidente, dado a grande iniciativa de V. Exa. e da Mesa Executiva

neste final de semestre, tendo trabalhado em 3 vertentes fundamentais: resolvidos aqui o problema do esgoto, o problema do lixo e o problema das emissões de gases e a neutralização também.

Acredito que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, com este papel destacado, faz jus ao seu trabalho, está à dianteira de muitas e muitas outras iniciativas do gênero. Isso engrandece o Parlamento paranaense e sem dúvida nenhuma é um exemplo para todo o país.

Hoje me ligava uma rádio de Porto Alegre, uma rádio gaúcha que ficou sabendo dessas iniciativas e lá no Rio Grande do Sul, que é um estado pioneiro em ações ambientais, eles queriam mais detalhes sobre o que estávamos fazendo, porque ouviram falar, viram pela internet aquilo que a Comissão de Meio Ambiente tem feito.

Então, Srs. Deputados, esta iniciativa se reveste de um caráter importantíssimo, dado o seu pioneirismo. E mais, na semana que vem, quando teremos a Semana do Meio Ambiente, onde a Deputada Rosane Ferreira propôs que transformemos o Dia Mundial do Meio Ambiente em uma Sessão Verde, fazendo coro a uma iniciativa da Deputada Cida Borghetti de trazer o Arcebispo de Curitiba para falar sobre a Campanha da Fraternidade, a campanha sobre a Amazônia.

Estamos então, quase que inaugurando um tempo novo, onde a Assembléia, antes de cobrar da sociedade, está dando o primeiro exemplo. E por falar em exemplo, gostaria de mostrar aos nobres Deputados, uma sacola de plástico oxibiodegradável, que está sendo utilizada em todas as feiras livres orgânicas da capital e também da região metropolitana de Curitiba. Todos os produtores de hortifrutigranjeiros que estão trabalhando com os orgânicos estão usando essa sacola de material oxibiodegradável, que em apenas 180 dias está consumida, degradada e não sobrando absolutamente nada no meio ambiente.

Era isso que gostaria de dizer, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ao mesmo tempo que agradeço os demais Deputados que compõem a nossa comissão e que fazem um trabalho de extraordinária envergadura.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Belinati.

## **Deputado Antonio Belinati (PP)**

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, colega Deputada Cida Borghetti, Deputado Chico Noroeste, Sras. e Srs. Deputados.

Já ocupamos esta tribuna para abordar os mais variados temas de interesse da grande maioria da população do Paraná. Já falamos sobre a necessidade de se melhorar a segurança pública oferecida ao povo, já falamos do emprego que está faltando a muitos milhares de jovens paranaenses, já falamos da falta de creches, do

problema da saúde, enfim, Sr. Presidente, a cada Sessão, procuramos trazer, não aqueles temas estritamente políticos, mas procuramos sempre abordar alguma coisa que interessa à maior parte da população. Tema político, interessa a uma fatia minoritária da população.

Hoje, já que abordamos o problema do emprego, o problema da segurança, o problema da saúde, de escolas, de estradas, vamos falar a respeito de jogo. O jornalista, meu grande professor de televisão Jamur Júnior, grande mestre nosso na comunicação, ficou indagando: “O jogo não é proibido no Brasil?” “É”. Em quase toda banca tem a caixinha do baralho para comprar. É na banca, é no supermercado, daí a indagação: mas se é proibido, como é que vende a matéria-prima, principalmente para o jogo do carteador? Comecei a minha carreira no rádio, há 45 anos, muito garoto e eu era repórter. Fazia cobertura radiofônica em todo segmento de Londrina, Prefeitura, Câmara, Centro de Comércio do Café, Associação Comercial, Polícia, Trânsito e já naquela época em que eu era tão garoto, começando a minha carreira de radialista e de jornalista, de vez em quando eu via uma cena muito comum em cima do jogo do bicho. Virava manchete nos jornais, notícias na TV e no rádio, a polícia prendendo o deficiente, o velhinho, o pobrezinho que estava ali como cambista, recolhendo apostas para o jogo do bicho. Uma vez ou outra, a polícia prendia também até o próprio banqueiro do jogo do bicho. Mas, e daí, acabou o jogo do bicho? Em qualquer lugar que se vá, no Paraná e no Brasil, está lá o talãozinho de apostas do jogo do bicho. Acabou coisa nenhuma! Hipocrisia da autoridade. Quem quiser, me indique quem combateu e quem acabou com o jogo do bicho. O que se via muito na imprensa, era que o banqueiro, às vezes era preso, o cambista era preso, fazia um acerto com o mau policial e 24 ou 48 horas depois, dá-lhe jogo do bicho. Nunca acabou. Tem mais de 100 anos a história do jogo do bicho, que começou aqui no Brasil.

Diante de um problema que é um fato consumado, se está aí há mais de 100 anos, temos que levar em conta que há necessidade de legalizar o jogo do bicho. Eu não tenho vínculo político com nenhum banqueiro, não jogo, mas vejo essas pessoas que estão quase sem esperança, sem emprego, com dificuldade para o seu auto-sustento ou para o sustento da sua família, trabalhando sim, recolhendo apostas do jogo do bicho. Elas não têm previdência social, não têm como reclamar que o banqueiro é seu patrão, porque é muito difícil provar esse vínculo. Quando esse idoso, essa pessoa pobrezinha cai doente, não está mais em condições de trabalhar, onde é que ela vai ter amparo, apoio para poder continuar sobrevivendo e sustentando a sua família?

Sr. Presidente Nelson Justus, anunciando, vamos entrar com um requerimento ao Congresso Nacional. Vai ter veículo aí que vai até nos criticar, vai nos bater, mas entendo que o correto no Brasil, para evitar que o jogo do bicho seja até uma fonte de achaque de maus policiais. Pensando até no problema social de milhares de pessoas

que dependem desse trabalho para sobreviver, é que vamos defender, através de um requerimento, que se aprovado, a ser enviado ao Congresso Nacional defendendo a legalização do jogo do bicho, no Brasil, para que o banqueiro pague imposto e o cambista do jogo do bicho possa recolher para a Previdência Social, possa ser uma coisa legal.

Porque volto a repetir, Srs. e Sras. Deputados: quererem usar de hipocrisia, dizer que não tem jogo de bicho, que é mentira. Tem e em todo canto do Brasil.

Então, se ele existe, se a autoridade se mostra impotente ou talvez até algumas autoridades interessadas que o jogo do bicho continue na clandestinidade, para atender interesses outros de más autoridades, é que nós vamos defender, junto ao Congresso Nacional, esta legalização para dar amparo social, legal a quem trabalha nesse ramo, principalmente, aqui no Paraná. Pensando no bem-estar daquele velhinho, cabelo grisalho, às vezes deficiente, ganhando quase nada para recolher as apostas, pensando no seu direito de ter também a Previdência Social, de ter uma aposentadoria decente e digna é que nós vamos, sim, mesmo que dê desgaste. Pode? Vai dar desgaste? Vai, mas vamos bater na tese, lógico, viável, para consertar esse problema que se arrasta a mais de 100 anos. É essa legalização e dando, portanto, legalidade a um jogo que existe na prática e que envolve o trabalho de milhões de brasileiros.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PMDB. Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vários assuntos poderiam ser tratados nesta tarde, mas quero fazer um registro aqui, que acho que, no mínimo, é interessante. Vou ler.

(Lê):

“Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 15 de maio de 2007.

Processo: 390.000.490/07. Interessado: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Assunto: Inexigibilidade de Licitação. Assunto: Contratação de consultoria. Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666/93, ratifico a dispensa de licitação com fulcro no artigo 25, II do citado Diploma Legal, e do despacho supra do Sr. Chefe da Unidade de Administração Geral, no valor de R\$ 2.070.000,00 (dois milhões e setenta mil reais), em

favor da empresa Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda, destinados a cobrir despesas com a prestação de serviços de consultoria em desenvolvimento urbano.

(a) CÁSSIO TANIGUCHI

Sr. Presidente, essas coisas acontecem no país. Se vocês me perguntarem: “Isso está em desacordo com a Lei?” Eu poderia até dizer que não, porque essa Lei das Licitações permite até que se faça dispensa da notória especialização, mas nós que estamos vivendo no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, aqui temos o PAC que é o programa de aceleração do compadrio. Então, companheiros, aqui na Prefeitura, um Prefeito, outro Secretário; depois o Secretário vira Prefeito, o outro Governador; agora, vão lá para o distrito federal e não exigem licitação para colocar nas mãos dessa empresa Jaime Lerner Arquitetos Associados a quantia de R\$ 2 milhões e 70 mil reais.

Logicamente que vejo em todos os cantos uma gritaria geral em relação a determinadas coisas que precisam ser feitas. Agora, eu poderia perguntar: tudo bem, mas existe nessa questão da consultoria a necessidade da licitação? Ora, se todo mundo quer a chamada transparência, as coisas na maior claridão do mundo, por que não se fez a licitação para ver? Então, é aquilo: vou contratar fulano de tal porque ele é o supra sumo na questão. Não é assim! O mundo moderno, hoje, conhece pessoas extraordinárias, como Niemeyer, por exemplo, mas se ele disputar o escritório dele de arquitetura com outros que têm condições de concorrer com o mesmo, pode ser que o resultado seja outro, da mesma maneira que o Niemeyer derrotou aquelas pessoas que já eram respeitadas pela sua atividade, essa coisa toda.

Acho que devemos fazer essa colocação para deixar registrado porque, logicamente, vão ter as pessoas que vão falar: “mas por que você está fazendo isso?” Falei ainda há pouco: se fossem discordar, discordem. É a minha opinião. Estou falando que houve, sim, aqui neste caso, mesmo que não se ferisse a legalidade desse gesto praticado pelo Governo do distrito federal, que recebeu o Taniguchi, que foi eleito para ser Deputado pelo Paraná. Acho que houve, sim, uma vantagem, por que o que é que ele pensou? “Ora, vou contratar aquele que, como Prefeito, fez inovações lá na capital paranaense. Vou contratar com aquele que me nomeou como Secretário.”

Se nós queremos a claridão geral neste país, é preciso que essas dispensas de licitação - a não ser quando sejam coisas de extraordinária necessidade de momento - precisamos eliminar essas questões, porque senão fica a possibilidade, como eu estou falando hoje, de favorecimento daqueles que se conhecem, daqueles que trabalham, juntos, daqueles que professam os mesmos ideais políticos. Lógico que é assim.

Então, fica aqui, Deputado Cheida, mais uma vez a palavra de alguém que, na longa caminhada, sempre propôs que se fizesse, por exemplo, a reforma política muito em voga nos dias de hoje, principalmente por causa de algumas situações que foram criadas aqui no Plenário.

Desculpe-me o Deputado, meu companheiro de partido, pela declaração que ele fez e eu repercuto aqui. Disse ele: “Olha, não devo nada a esse Governo, não tenho cargos, não tive nenhum pedido atendido”. Então pergunto: mas, se tivesse cargos e tivesse alguns pedidos atendidos, teria votado contrariamente àquela maneira que votou?

Acho que as coisas precisam ser aprofundadas. Um grupamento político se faz do companheirismo, na solidariedade. Se vocês me perguntarem em relação àquilo que está acontecendo aqui, posso até ter opinião divergente das tomadas pelas lideranças, mas depois de tomadas essas decisões, acho que elas precisam ser cumpridas, senão, deixamos de ter bancadas, deixamos de ter partidos. Não entro nem no mérito daquilo que aconteceu na tarde de ontem, mas creio, sim, que precisamos fazer uma discussão. Se estamos no mesmo partido e estamos divergindo, o que é que está errado? Será que a maioria está correta ou está errada? Será que a minoria dentro do partido é que está com a verdade? Com a correção do caminho que tem que ser trilhado? Precisamos discutir isso. Não podemos nem individualmente, nem as lideranças, sermos surpreendidos na 25ª hora dos acontecimentos em relação a essas coisas que acontecem.

O senhor me pediu um aparte, Deputado? Concedo o aparte à V. Exa.

#### O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

É para esclarecer a pergunta, se eu teria votado diferente. É claro que não teria votado diferente. Mas o meu voto foi com a consciência, foi de acordo com o que acredito. E o Parlamentar, mesmo sendo da Base ou Oposição, tem que ter a liberdade para votar de acordo com o que ele pensa. Isso aqui não é uma ditadura, nem do Governo nem da Oposição. O Parlamentar tem que ter a possibilidade de discordar, não pode ser uma vaquinha de presépio.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado, discordo de V. Exa. pelo seguinte: quando uma bancada toma uma determinada decisão, ela precisa ser cumprida, porque senão, você dispensa a bancada, as lideranças, as agremiações partidárias e cada um faz o que bem entende, porque a independência que determinados Deputados, em determinados momentos, acham que estão exercendo, na avaliação do outro Deputado, aquilo não é independência. Muitas vezes é, como poderia dizer, uma pequena vingança, porque: “olha, fiz determinadas solicitações e não me atenderam, então vou tomar essa posição”. Não é assim. V. Exa. está falando que fez por absoluta convicção, na crença que estava no caminho correto. Eu respeito.

Falei aqui que não quero entrar nem no mérito, estou discutindo aqui, Deputado Dobrandino, que precisamos ter uma direção. Até estava usando o argumento que usei para os jornalistas. Está aqui o brilhante repórter Sandro Dalpícolo da RPC. Ele veio pautado para fazer

determinada entrevista. Ele não sai por aí, a não ser os jornalistas que vêm aqui para assistir os trabalhos da Assembléia, mas quando você tem um Canal de TV, tem uma pauta para ser cumprida. Eles, falam assim: “Você vai lá e entrevista o Presidente da Assembléia Legislativa”. É dessa maneira que as coisas caminham. Imagine se o repórter, saindo lá da redação, do seu canal de televisão, do seu jornal e falar: “Eu vou descumprir aqueles que estabeleceram a pauta e vou fazer aquilo que bem entendo”.

**O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Permite-me um aparte?

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Logo em seguida, Deputado Stephanes. O Deputado Dobrandino já me solicitou um aparte e terei o prazer em conceder a palavra ao Deputado Dobrandino.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Consulto a V. Exa. se o Deputado está usando o Grande Expediente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário da Liderança do PMDB.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Só para lembrar ao Presidente que já passaram 13 minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Realmente, V. Exa. está coberto de razão.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)**

Deputado Nelson Justus, quero parabenizar o Deputado Pugliesi, pelo conteúdo do discurso. Não temos que temer por sermos de Oposição ou situação. Temos que ter posição. O nosso patrimônio é ter posição.

Parabéns pelo seu discurso.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu me surpreendo com a questão de ordem do curtido democrata Elio Rusch, que vem na realidade tentar impedir, que dentro desse enorme espaço que temos para a discussão política, ele venha querer limitar em 1 ou 2 minutos aquilo que foi destinado, para o Horário das Lideranças.

A minha permanência na tribuna é perante a lei e o regimento, igual a qualquer outro tempo, de qualquer outro partido. V. Exa., com sabedoria, Sr. Presidente - sou alguém que presta profunda atenção nessas questões - tem sido um verdadeiro democrata na presidência da Assembléia Legislativa, fazendo com que quaisquer par-

tidos, quaisquer lideranças, quaisquer Parlamentares possam, excedendo o tempo que foi estabelecido, chegar a uma conclusão que todos procuram alcançar.

Deputado Stephanes, V. Exa. viu que o tempo se esgotou. Não interprete mal as posições que tomei, aqui, como também não interpreto mal as declarações ou as posições de V. Exa., que tomou ou que venha a tomar. Entro na defesa da organização partidária.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Para informar aos nobres Pares a presença do nosso ex-Deputado e atual Prefeito de Rolândia, Eurides Moura, juntamente com o Dr. Sérgio, Chefe de Gabinete, que estão entre nós, em visita.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos à Casa.

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, pelo PTB.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

**O SR. JOCELITO CANTO**

O horário da Liderança é 10 minutos. Solicito a V. Exa. o mesmo direito que teve o Deputado do PMDB, Waldyr Pugliesi, que usou 10 minutos, mais 6 minutos e 15 segundos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência tem sido democrática, temos alongado quando o assunto é pertinente e interessante à Casa. Não tenho sido tão britânico nessa questão de horário. Tenho procurado ser o mais justo possível.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Até porque V. Exa. é “Justus”.

Sr. Presidente, já que vou falar do mesmo tema, evidentemente, terei os 16 minutos.

Eu ouvi aqui o pronunciamento do Deputado Waldyr Pugliesi e quero colaborar. Vi V. Exa., Deputado Pugliesi, no momento em que as câmeras filmam o Deputado Stephanes Júnior sendo cumprimentado pelo voto decisivo de ontem, que deu direito à CI da Comunicação. Neste momento, Srs. Deputados e membros da imprensa, estamos fazendo aqui um momento de cena para as câmeras de televisão filmarem esse momento de rebeldia do Deputado Stephanes Júnior, que acaba de ser filmado pela televisão por ter feito aquilo que sua consciência mandava ontem e que o pessoal, hoje, deu uma pegandinha nele e ele está, neste momento, fazendo jus ao seu direito de ser Deputado.



Mas, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. falou do Jaime Lerner e eu gosto de falar do Jaime Lerner também. V. Exa. diz que acaba de receber um contrato de 2 milhões do distrito federal, de dispensa de licitação por notória especialidade para fazer uma obra no distrito federal e V. Exa. usou aqui um termo muito particular, dizendo que há compadres - o compadre Secretário passa a obra, por notória especialidade, ao compadre Jaime Lerner, do qual ele já foi Secretário. Isso se vê em tudo que é Governo! Todo Governo tem isso! O Governador Jaime Lerner certa vez também fez isso em Ponta Grossa. Sabiam?

Fez isso em Ponta Grossa também, Deputado Péricles, e não foi com V. Exa. Mas o arquiteto Jaime Lerner fez uma obra que nunca existiu em Ponta Grossa, Deputado Péricles, mas só foi paga. Está lá em Ponta Grossa, mas nunca ninguém discutiu, porque naquela época o Prefeito não era um professor da universidade e não era um radialista, mas era alguém de elite predominante de Ponta Grossa. Aí, o Jaime Lerner fez um projeto que nunca foi executado, e quem foi que pagou? O povo de

Ponta Grossa. E nunca ninguém fez ação na justiça, porque antigamente não precisava, antigamente podia fazer o que queria. Então, em Ponta Grossa também tem um caso desses. O ex-Governador Jaime Lerner fez um projeto em Ponta Grossa e o projeto nunca aconteceu. Recebeu uma grana legal lá também!

Mas este Governo, Deputado Romanelli, Deputado Waldyr Pugliesi, este Governo da Carta de Puebla também faz isso. Também faz isso! Os senhores sabiam disso?

Faz. O atual Governo também e não sei se o Governador sabe, mas acho que o Governador não sabe, porque eu ainda acredito no Governador - não acredito em alguns Secretários, mas acredito em outros, mas tem alguns Secretários do Requião que jamais seriam Secretários meus na Prefeitura e são Secretários do Governador. Mas este Governo também tem um negócio aí, tem uns compadres neste Governo também. Tem compadre, sim, e não sei se o Governador que sabe de tudo, o Governador que conhece tudo, o Governador que é intelectual, é homem de mídia, homem que conhece tudo e dizem até que ouvia demais - há uma história que ele ouvia demais, porque temos 2 ouvidos e dizem que o atual Governo tinha 4 sendo os 2 dele mais 2 adiante - então, ouve tudo. É um Governo que ouve, que não é ouvidor embutido na função, mas ouve, é um Governo que recebe a audição como se fosse um ser além, de outro mundo, recebe a audição. Isso é dom de algumas pessoas. É dom! É dom Sr. Presidente, de alguns ouvirem o além. Tem gente que ouve, tem os filmes que mostram isso, tem gente que ouve, de um jeito ou de outro, ouvem poderes, ouvem pessoas. Sabe para que serve isso, Deputado Elio Rusch, as duas orelhas a mais servem depois para quê? Não preciso lhe dizer.

Hoje, infelizmente, os Correios têm um sistema antigo, mas muito moderno, que alguém recebe o que

quer na hora em que não quer. Chega sem remetente, sem nada. Chega de repente. Chegou! Mas, de onde veio? Ninguém sabe! Mas, não tem registro? Não. Foi o João da esquina que mandou. E assim por diante.

Esse Governo, Deputado Romanelli, precisa cuidar de alguns compadres por aí. Deputado Péricles, V. Exa. conhece alguns desses compadres aí. Tem gente usando aquilo mesmo que o Deputado Pugliesi falou, aqui neste Governo. Tem obras por aí sendo liberadas mediante liberação de algumas coisas, coisas sérias. Tem empresa aí que está fazendo obra no Paraná com alguns Prefeitos. Tem alguns Prefeitos engolindo goela abaixo isso, Deputado Rossoni. E não é a primeira vez que tem prefeito sendo obrigado a agüentar certas coisas de alguns compadres do Governo.

Então, o Governo que não acuse, porque neste Governo também tem os compadres de plantão: bacana, pode ou não pode, legalmente, notória especialidade, pode ou não pode. Os compadres estão sempre de plantão. Estão por aí sempre e neste Governo também tem os compadres presentes e que estão aí fazendo obras, não sei se o Governador sabe disso. Vi ontem aqui o Deputado Rossoni falar da PAVIBRAS, que a PAVIBRAS andou fazendo outras coisas a mais, aí só lamento que não possamos buscar a informação, porque ninguém acusa nada, só quer buscar a informação. Quando um Parlamentar busca uma informação, ele quer se certificar daquilo que ele recebeu uma denúncia, para depois torná-la pública.

Então, volto a dizer aqui, é preciso cuidar, porque está cheio de compadres por aí. Falavam do Lula, dos compadres churrasqueiros: o Lula tem churrasqueiro. É verdade, mas este Governo também tem os churrasqueiros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PDT; PSDB.

(Declinam)

Democratas. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de fazer um registro aqui na Assembléia Legislativa. Deputado Valdir Rossoni, fiquei observando quando o Deputado Waldyr Pugliesi subia à tribuna, fiquei observando um órgão da imprensa, se dá para chamar, a TV Educativa. Foi o Deputado Pugliesi subir àquela tribuna, o cinegrafista - acho que é assim que se chama quem está com a câmera - imediatamente correu na frente do Deputado Waldyr Pugliesi. Quando ele começou a falar o nome do ex-Governador, imediatamente ele saiu daquele local e veio para cá e o outro menino que estava com gravador colocou o gravador aqui na tribuna.

Quero dizer que, com toda a certeza, o pronunciamento do ilustre Deputado Waldyr Pugliesi será repetido na TV Educativa, exaustivamente.

Gostaria que aquele menino da jaqueta preta que coordena o trabalho da TV Educativa, que também viesse, colocasse o microfone na nossa frente, que a TV Educativa, que é a TV RR, Roberto Requião, que também transmitisse na TV Educativa as denúncias que fizemos nesta tribuna, gostaria que a TV Educativa mostrasse os 2 lados. Não posso aceitar, de forma nenhuma, e ninguém pode aceitar que a TV Educativa, que leva o nome Educativa, mas na verdade é TV Roberto Requião, está me filmando, sim, pode, traga o microfone para cá, mas repita, mostre para a sociedade do Paraná, através da TV Educativa as denúncias que fizemos aqui da SANEPAR, dos televisores, de todas as denúncias, dos pedidos de informações que fizemos e são negados, mostrar para a sociedade do Paraná. Por que a TV Educativa não mostra isso? Por que a TV Educativa não entrevista o Líder da Oposição, o Deputado Valdir Rossoni? Porque a TV Educativa não entrevista Deputados da Oposição, mas não entrevistar para não largar depois? Mostra isso também! A TV Educativa é do povo! A TV Educativa não pode ser usada para fins políticos.

É isto que está acontecendo, infelizmente, no estado do Paraná, e cá para nós, Sr. Presidente, começo a me preocupar. Se você vê um vizinho, vizinho nosso, a Venezuela, e lá tinha uma TV privada que foi fechada por um Governo da Esquerda, que é defendido por muitos aqui na Assembléia, não o Hugo Chávez, mas defendem a Esquerda - o Governador Roberto Requião se intitula como Governo da Esquerda - o que se faz lei lá na Venezuela, se faz no Paraná, só que desta feita usa-se a TV RR para mostrar só o lado positivo do Governador Roberto Requião e aí eu faço agora uma pergunta, para qualquer um dos Parlamentares. Se quiserem me responder, respondam amanhã, semana que vem: qual o projeto do Governo do Estado para desenvolvimento econômico do estado do Paraná? Qual o projeto que temos para a nossa agricultura? Qual inovação que temos no estado do Paraná para atrair investimentos para a geração de renda e riqueza?

É bonito, Srs. Deputados, falar, que atendemos 370 mil famílias com a tarifa social da SANEPAR, mas hoje de manhã, Srs. Deputados, tivemos a presença, não do Presidente da SANEPAR, mas dos Diretores e um ex-colega nosso, o Deputado Natálio Stica, que falaram sobre a SANEPAR na Comissão de Finanças.

Pois bem, para surpresa nossa, Deputada Rosane Ferreira, o Governador Roberto Requião que usa o seu meio de comunicação, aqui a TV Educativa, e cada pronunciamento que faz ele diz que a SANEPAR voltou para o controle do Governo do Estado e graças a isto eles conseguem dar a tarifa social.

Pois bem, sabem quanto o Governo do Estado gasta com a tarifa social? Srs. Deputados, os senhores sabem quanto o Governador do Estado gasta com a tarifa

social? Nenhum centavo, nenhum centavo o Governo do Estado gasta com a tarifa social.

O Deputado Dobrandino estava presente, Deputado Mauro Moraes estava presente hoje, o Deputado Edson Strapasson que é o Presidente da nossa Comissão estava presente, nada o Paraná gasta! A tarifa social é custeada pela classe média e pela classe alta do Estado do Paraná, porque a taxa mínima da SANEPAR, 10 m<sup>3</sup> custa R\$ 16,50 se não me falha a memória, na minha cidade, Marechal Cândido Rondon, 10 metros custam R\$ 13, R\$ 3 mais barato. Aqui na SANEPAR, cada metro cúbico excedente dos 10 metros custa R\$ 2,45. Na minha cidade, que não é SANEPAR, custa R\$ 1,75, muito mais barato do que a água da SANEPAR, a água que é explorada pelo município, o SAE. Aí eu questiono e pergunto: será que a TV Educativa do Estado do Paraná, TV RR, não quer mostrar isso também para o estado do Paraná? Perguntem quanto custa a água que é explorada pelo município e quanto custa a água que é explorada pelo Governo do Estado?

Quando se fala na tarifa social da COPEL e a COPEL só consegue dar a tarifa social porque a COPEL é do Governo do Estado, não, isso é mentira! Quem paga é o povo do Paraná! Essa fatura mensalmente é emitida pela COPEL e quem paga é o Tesouro do Estado. Isso tem que ser dito para a sociedade do Paraná e parar de enganar a sociedade!

Por que a TV Educativa não usa também o seu canal e diz por que não tem dinheiro para pagar os remédios? Por que a TV Educativa não usa o seu canal e diz para a sociedade do Paraná por que o Governo não quer prestar algumas informações à Assembléia Legislativa? Porque a TV Educativa não usa o seu canal, os seus repórteres, pagos com o dinheiro do povo, e diz os aditivos que aconteceram na SANEPAR? Aliás, um contrato realizado, é bom que se diga, mas tem que falar todo o dia para a sociedade do Paraná, a PAVIBRAS fez um contrato com o Governo do Estado, 69 milhões, hoje já pagamos 130 milhões, Srs. Deputados, e a obra ainda não está pronta! Que se licita outras obras dispensando a licitação, a concorrência! É lamentável isso aí!

Vemos hoje nos jornais estampado que o Ministério Público condenou, abriu um processo contra o Governo do Jaime Lerner, na época, por causa dos jogos mundiais da natureza e devem ser devolvidos 500 e poucos mil reais. O Ministério Público abre uma ação e condena os ordenadores da despesa, agora, pergunto: se isso é regra, o que vai acontecer com este Governo, com a fábrica de aditivos que acontece em diversas Secretarias - e quem denunciou isso não fomos nós, foi um integrante do primeiro escalão do Governo do Estado, o ex-Secretário de Obras que denunciou os aditivos que acontecem! Deputado Dobrandino, se 500 e poucos mil devem ser devolvidos - ao menos é o processo que se abriu ao Governo anterior, ao passado - quantos milhões deverão ser devolvidos pelo atual Governo pelos aditivos feitos sem licitação?

Espero que a TV Educativa seja usada pelo povo do Paraná e mostre os 2 lados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PP. Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

## ***Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, tenho ocupado esta tribuna constantemente para falar sobre o problema da saúde pública no Paraná.

Hoje, não abordarei esse assunto, até porque V. Exa. me informou que o Secretário da Saúde estará aqui na semana que vem. Então, vamos aguardar as inúmeras perguntas que temos para formular diretamente ao Sr. Secretário da Saúde.

O tema em voga no meu pronunciamento é outro, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados, mas antes, gostaria de externar meus cumprimentos ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior, meu amigo de muitos anos, foi meu colega na Câmara Municipal de Curitiba, um Vereador brilhante e com certeza já iniciou o seu mandato de Deputado Estadual também com uma postura que merece respeito e admiração dos colegas, votando de acordo com a sua consciência. Embora tenha menos experiência e menos anos de vida que o senhor, se me permite um conselho: siga sempre a sua consciência e fale sempre a verdade, porque o povo se encarregará de quem ficar contra ela.

Sr. Presidente, o perigo mora ao lado. O editorial do jornal Folha de São Paulo do último dia 25 de maio de 2007 afirma:

(Lê:)

“De modo paulatino, mas inequívoco, Chávez faz sua escalada autoritária, erodindo os pilares que sustentam a democracia.

Quando apresentei na Assembléia Legislativa a moção de repúdio que tornou o Presidente da Venezuela, coronel Hugo Chávez Frias, *persona non grata* no território do estado do Paraná, fui duramente criticado por alguns setores da Esquerda mais radical. Embora respeite a opinião dos que discordam de minha iniciativa, pedagógica para certas autoridades brasileiras, e principalmente paranaenses, que idolatram o Líder populista, os fatos históricos estão comprovando que a posição que adotei em relação ao nosso vizinho venezuelano é a correta.

Acredito firmemente na democracia e creio ser a liberdade, um bem tão supremo quanto a vida. Afinal, de que valeria a vida se não pudéssemos expressar o que sentimos, dizer o que pensamos e fazer o que bem quisermos desde que nossas atitudes não causem danos ao próximo?

Ao matar a mais antiga e mais popular rede de televisão de seu país, Chávez tenta eliminar a possibilidade

de seu Governo ser alvo de críticas. O pior é que a programação da RCTV foi substituída por uma TV estatal, que evidentemente fará propaganda do Presidente da República, cujo objetivo é se perpetuar no poder. Tanto que o mesmo já designou um conselho de 11 membros encarregados de reformar a Constituição, fazendo com que a reeleição para Presidente possa ocorrer indefinidamente.

Algumas pessoas, menos atentas ao cenário político da América Latina, questionam a atenção que dou ao “tema Chávez”. Afirmam que um Parlamentar Estadual deveria estar se dedicando apenas a assuntos inerentes ao dia-a-dia dos cidadãos como saúde, educação e segurança. Concorro que as mazelas nestes setores merecem prioridade, porém não posso me omitir diante das arbitrariedades que ocorrem ao lado do nosso país e que não recebem um único protesto das autoridades brasileiras.

Devemos nos lembrar que a Venezuela faz fronteira com o Brasil, que Chávez está armado até os dentes (só em 2005 comprou 100 mil fuzis Kalashnikov da Rússia) e que sua personalidade megalomaniaca faz com que acredite ser o grande Líder do continente, tentando ampliar seu leque de poder, a exemplo do que fez na Bolívia ajudando a eleição do reacionário Evo Morales. O perigo mora ao nosso lado, mais precisamente ao lado da floresta amazônica.

Os brasileiros que acreditam na democracia têm o dever de externar sua opinião contra os políticos como Chávez. Os regimes totalitários, de Esquerda e de Direita, só existiram porque pessoas de bem se omitiram diante do surgimento de líderes com Stálin, Hitler e Mussolini.

O mínimo que devemos fazer é exigir do Presidente da República, dos Governadores, dos Senadores e Deputados que repudiem publicamente os atentados à democracia perpetrados pelo Presidente da Venezuela, sob pena de, caso não venham a fazê-lo, nos darem argumentos para imaginar que são coniventes com a ditadura e só não agem como Chávez por falta de oportunidade.

Ney Leprevost, 33 anos, Deputado Estadual.”

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Ouvirei o seu aparte com muita honra, Deputado Waldyr Pugliesi, mas pela ordem de inscrição, o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Obrigado, Deputado Ney Leprevost. Apenas para dizer duas coisas: a primeira delas é que eu votei favoravelmente ao voto de protesto pelo fechamento da RCTV na Venezuela, apesar das origens que eu tenho, da militância que tenho há 30 anos, desde o movimento estudantil, me posicionei a esse respeito porque acredito que em nenhuma hipótese, nenhum tipo de represália desse tipo deva ser feito a qualquer órgão de imprensa, onde quer

que seja, sob qualquer pretexto ou regime. Existem outras maneiras de se combater essa questão.

Eu me dirijo a V. Exa. por um motivo diferente desse. Acho que a Assembléia Legislativa do Paraná, ou ela passa a conhecer o regime da Venezuela de fato, ou precisamos repensar as posições aqui. Acho que temos ouvido falar e lido muito sobre a Venezuela e tiramos as nossas conclusões de posições já filtradas e escritas. Estive na Venezuela por 3 vezes nos últimos 3 anos. Não comungo de muitas coisas que são feitas lá, assim como no Brasil também. Eu insisto que talvez possamos discutir aqui na Casa, a possibilidade de, seja uma Comissão onde V. Exa. esteja presente, também vá até a Venezuela, com garantias de salvaguardar seu retorno ao Brasil, mas que possamos conhecer melhor, porque é complicado falarmos a esse respeito, apenas lendo editoriais de um jornal.

Não quero dizer com isso, que V. Exa. não conheça profundamente sobre o tema. Acredito até que conheça, mas para que a Assembléia Legislativa tome essas posições que são históricas, acho que devíamos nos acautelar e o bom senso manda que conheçamos melhor o que está sendo feito lá.

Volto a dizer, agradecendo o aparte a V. Exa., de que muito do que se faz na Venezuela eu não comungo, como digo que votei favoravelmente ao requerimento do Deputado Antonio Belinati na Sessão de segunda-feira, mas existem coisas que estão sendo feitas e que são fundamentais. Se somos vizinhos de parede e meia os dois países, é fundamental que conheçamos isso, para poder-mos nos posicionar de forma mais coletiva e, quem sabe, até consensual na Assembléia.

Obrigado pelo aparte.

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço ao Deputado Luiz Eduardo Cheida pelo aparte, como sempre, muito sensato, muito equilibrado, bastante construtivo e é importante esse diálogo franco, aberto, porque é através da divergência de opiniões que nós podemos, sem dúvida nenhuma, construir uma massa crítica que será fundamental para debatermos não só esse tema, mas diversos outros temas que vêm à pauta, não só da Assembléia Legislativa, mas à pauta do nosso país, e que importam sobre maneira a todos nós porque temos, sim, que nos preocupar com os nossos vizinhos da América Latina.

Obrigado, Deputado Cheida e agradeço o ensejo para parabenizá-lo pelo seu brilhante trabalho, na Comissão de Meio Ambiente.

Com muita honra, gostaria de conceder o aparte ao eminente Deputado Waldyr Pugliesi.

#### O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Deputado Leprevost, esses que posso chamar de companheiros de V. Exa. que estão lá, na Venezuela, são os mesmos que agrediam dia e noite, sem parar, o Presidente Lula, como candidato e como Presidente da República.

Então, existe essa semelhança. Na realidade, acho que V. Exa. desconhece que esse canal de televisão pregava, como continua o outro canal de televisão lá, Globo Vision, pregava o assassinato puro e simples do Presidente Hugo Chávez, que disputou todas as eleições lá na Venezuela e ganhou todas.

Hoje, lá na Venezuela está em marcha um golpe para apagar do poder, o Presidente Hugo Chávez.

Agora estranho que V. Exas., por exemplo, nunca falaram nada da Base de Guantanamo, dos Estados Unidos, dentro de Cuba. Cuba é um perigo para os Estados Unidos. Estão a 150 quilômetros da costa da Flórida, mas os Estados Unidos estão em Guantanamo, como estão em todos os cantos do país. Nunca vi uma palavra de recriminação a esse assassinar permanente, constante, que os Estados Unidos fazem, por exemplo, hoje de maneira mais clara, lá no Iraque.

Não tenho medo nenhum do Governo Venezuelano. Temos a nossa característica, estamos consolidando a nossa democracia. Então nada a temer.

V. Exa. fala em 100 mil fuzis. Poderia dizer, 10 mil bombas atômicas, que os outros têm, que poderão usar, inclusive contra o povo venezuelano. Povo que extraía petróleo, para fazer o preço da gasolina ser baixinho, lá nos Estados Unidos. Então são diferentes maneiras de encararmos o mesmo problema.

Eu que venho lá do Movimento Estudantil, como o Augustinho Zucchi, aprendemos uma coisa: respeitar as autodeterminações dos povos. As questões venezuelanas devem ser resolvidas pelo povo venezuelano, não nos imiscuirmos nos assuntos internos da Venezuela.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu.

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço o aparte do Deputado Waldyr Pugliesi, pessoa que admiro muito pela sua trajetória pública. Um homem sério, honrado, trabalhador, um grande político, mas evidentemente quanto às opiniões, concluiria dizendo, invocando aqui as palavras do grande jurista que tinha uma postura liberal, Sobral Pinto, quando tirou da cadeia o Luiz Carlos Prestes, usando, inclusive, na época a lei de proteção dos animais. Foram cobrar do Sobral Pinto, porque ele tirou Prestes da cadeia. Ele disse que não concordava com uma única palavra do que Prestes dizia, mas respeitava até a morte o direito que ele tinha de dizê-las.

Assim sou eu com relação ao meu estimado Deputado Waldyr Pugliesi.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Ney Leprevost usou os 10 minutos, mais os 5 do Pugliesi.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Só para dizer o seguinte, Ney Leprevost: se quer criticar o Hugo Chávez, aproveite para criticar agora,

enquanto a TV Assembléia não está no ar, porque depois, se criticar ele vem aqui e fecha a TV Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta ao Bloco PSB/PL/PRB/PV.

(Declina)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O assunto que me traz aqui é a saúde pública do estado do Paraná. Já falei outras vezes sobre a situação da Santa Casa de Campo Mourão. Já visitei a Santa Casa de Ponta Grossa e já me informei sobre a situação das outras Santas Casas do Paraná. Temos 21 Santas Casas no estado do Paraná.

Conversei com o Secretário Cláudio Xavier, que é o Secretário da Saúde do Estado do Paraná, levando a ele as dificuldades que enfrenta a saúde pública, especialmente em Campo Mourão. Até hoje ele não voltou a Campo Mourão, embora tenha assumido um compromisso de ir lá ajudar a resolver esse problema. Tudo bem, nós conseguimos aprovar nesta Assembléia a ida dos Deputados da Comissão de Saúde. Estiveram conosco lá os Deputados Marcelo Rangel, Rui Hara, Júnior e, também, o Deputado Ney Leprevost que preside essa comissão. Eles constataram as dificuldades que enfrenta a Santa Casa de Campo Mourão e, também, na oportunidade, a Santa Casa de Goioerê, relatando as dificuldades que enfrenta.

Fizemos um relatório, conversei aqui na Assembléia com vários Deputados e apresentamos esse relatório da visita aqui. Semana passada, estive em Campo Mourão com o Vice-Governador Orlando Pessutti, conhecido aqui por todos como “Pessutão”. Esteve conosco, também, o Deputado Cheida que, tenho certeza, se aliou conosco nessa luta para ajudar as Santas Casas no Paraná.

Num evento lá em Campo Mourão, que foi a inauguração do IAP, e no discurso das autoridades que lá estiveram presentes, eles compararam, inclusive, a questão do IAP à questão da saúde, porque o IAP cuida do meio ambiente e, também, indiretamente, da saúde. Nós pedimos ao Governador em exercício, o Pessutti, que nos ajude a resolver o problema da Santa Casa. Ele, diplomático, de boa conversa, conversou conosco e falou que estaria disposto a conversar de forma desarmada - foi esse o termo que ele usou - para ajudar a Santa Casa. Tenho tentado com a nossa assessoria, com a assessoria de outros Deputados, fazer uma reunião e conversar com o Pessutti, mas não tenho tido sucesso. Então, o que estou propondo a esta Casa? Estamos protocolando um projeto de lei que dispõe sobre a destinação de percentual da

receita oriunda das multas de trânsito para as Santas Casas de Misericórdia.

Já que não conseguimos, Deputado Rossoni, sensibilizar o Secretário da Saúde da importância que é investir na saúde pública, ajudar as Santas Casas para que elas possam atender as pessoas que precisam, geralmente as mais necessitadas, vamos colocar um projeto de lei para que os Deputados aprovem e aí sim possamos, de forma democrática, de forma a cumprir o nosso papel que é fiscalizar e apresentar leis, ajudar as Santas Casas, de uma vez por todas, as Santas Casas do Paraná. Então, é isso que estamos propondo, nesta tarde.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Douglas Fabrício, apenas para dizer o seguinte: sou médico de Santas Casas. Da Santa Casa de Londrina, sou do corpo clínico há 30 anos quase. Somo-me a V. Exa. com relação à luta pela Santa Casa de Campo Mourão, bem como com as outras Santas Casas. Mas, há uma preocupação que gostaria de deixar expressa aqui. O Governo do estado tem a obrigação de zelar pelo serviço público de saúde e as Santas Casas merecem todo o apoio. Mas, não há dúvidas que temos de nos aprofundar nessa discussão, sob pena de acharmos que, por serem filantrópicas, o Governo do Estado tem a obrigação de ajudá-las.

Hoje, pela manhã, falava com o Secretário da Saúde, sobre o seu pedido lá em Campo Mourão e externava a ele a mesma preocupação de V. Exa. Cobrava dele, inclusive, o que eram aqueles aparelhos encaixotados que foi dito aqui. Ele me dizia que aqueles aparelhos eram justamente de um hospital particular lá de Campo Mourão e não de um hospital público. Ou seja, não temos nenhuma ascendência sobre isso.

Então, para que possamos ponderar, até porque vale o ditado *a noite todos os gatos são pardos*, quer dizer, se de repente considerarmos a saúde apenas como um todo, vamos confundir o que é privado, público, filantrópico e o papel do estado. Isso acho que é complicado. Somo-me à sua luta, estou junto, acredito nos seus propósitos, quero me somar a ele também, mas não posso deixar de fazer essa ressalva. Acredito que uma boa conversa com o Secretário, detalhadamente sobre esse único tema que é a questão das Santas Casas, ainda está faltando para que possamos dirimir essa questão, senão, vamos de fato embaralhar todos os problemas e não vamos resolver nada.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Cheida e demais Deputados: nós visitamos, o Dr. Rui Hara, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Ney Leprevost, Deputado Stephanes Júnior, constatamos e verificamos a situação daquele hospital. Para dizer que é hospital particular, vou levantar essas

informações, porque estou defendendo a causa não específica de Campo Mourão, e sim das Santas Casas do Paraná. O nobre Secretário Xavier foi convidado a participar da Audiência Pública que os Deputados foram e ele não foi. Não estou acreditando muito nele, pois assumiu compromisso comigo que iria lá e não foi. Não me serve mais de palavra o que ele fala. Mas, vou levantar as informações e trago a V. Exa. porque sei que o senhor é comprometido.

Não estou fazendo defesa de partido A, B ou C. Estou defendendo a saúde pública. Gostaria que pensássemos que as pessoas não ficam doentes, mas as pessoas ficam e precisam de apoio.

Então, esse nosso projeto é para despertar no Governo, na sociedade, que as Santas Casas existem, precisam de mais ajuda, que todos pagamos impostos e que com esse dinheiro dos impostos, o Governo pode ajudar as Santas Casas se ele quiser.

Acho que falta a vontade política para olhar esse setor.

Gostaria de conceder o aparte ao Deputado Jocelito.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Só queria dizer a V. Exa. que o nosso Secretário Cláudio Xavier sofre de amnésia. Não sou médico, mas tem um aparelho lá que detecta isso, chama-se gravador. Ele promete as coisas e depois esquece, como fez com V. Exa., fez em Ponta Grossa, fez em Ipiranga, em Imbituba, em várias cidades. O Secretário Cláudio Xavier, quanto às UTIs, em Ponta Grossa também tem UTIs paradas. Não se sabe do estado se são alugadas ou compradas. Estão em uma sala, guardadas as UTIs, esperando a boa vontade para colocar em funcionamento. Em Ponta Grossa, não sei se foram alugadas ou compradas, mas estão paradas, sim.

Obrigado.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Douglas Fabrício, não só acompanho o vosso raciocínio, mas quero dar uma deferência especial ao caso de Campo Mourão. Ontem, tivemos uma pequena amostra do que ocorre nessa cidade, no que tange a administração municipal. Estamos em uma fase de auditoria, entre os municípios da nossa microrregião e temos visualizado a centralização do controle da saúde regimental, na mão da Prefeitura de Campo Mourão. Isso não só é contumaz a algumas microrregiões, mas pelo conflito político que existe na cidade de Campo Mourão, entre a prefeitura e a Santa Casa. Infelizmente, o Prefeito perdeu o controle da cidade inteira e não apenas no conflito entre a Televisão Carajás e a prefeitura. Ele está centralizando na Casa de Saúde de Campo Mourão, uma casa de Saúde privada, que tem todo o aspecto daquelas máfias brancas, que conhecemos em muitos rincões do Paraná. Ele tem

uma parceria pessoal com o proprietário dessa Casa de saúde.

Alguns Prefeitos têm me visitado e mostrado o que tem ocorrido. Eles não estão levando mais na Santa Casa, porque aquela gestão que tínhamos até inventado, em 1991, que eram os consórcios intermunicipais de saúde, não estavam mais sendo honrados com a Santa Casa há 2 anos. Dissolveu-se o consórcio. Hoje, a gestão da Santa Casa está sendo feita com a base de R\$ 100 mil, que o Governo do Estado repassa para esta.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Sessenta mil.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Não. Tem a correção, agora, para 100 mil todos os meses.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Na prática não está indo o dinheiro lá, só 60 mil.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Os 60 mil estão indo. Na correção que estamos fazendo para as Santas Casas, vai para 100 mil, agora.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Desculpe-me, Deputado, mas faz 3 anos que ouço essa promessa.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Não. Isso foi feito agora. Nós montamos a matemática disso, porque não existe uma gestão plena entre Santa Casa e as necessidades do consórcio intermunicipal. Esse raciocínio nós estamos fazendo em Paranavaí, onde o ex-Prefeito que está comigo, o Deputado Estadual Teruo Kato, que fez o convênio para transformarmos a microrregião, o Hospital Regional do Noroeste do Estado, conquistamos 13 milhões, não só na regionalização deste, mas no apoio de todos os municípios da microrregião, o que não ocorre na regional de Campo Mourão.

Por isso, esse debate passa muito pela gestão do consórcio intermunicipal daquela microrregião, que está totalmente obsoleto. Temos um convênio que não sairá, para levarmos mais equipamentos para a Santa Casa, porque está quase insolvente nesse momento. Já não fechou, porque vários empresários ainda têm fornecido outros mantimentos, alimentação e tantas outras coisas em paralelo.

O raciocínio da Santa Casa, como estávamos conversando com o Deputado Bertoldi, é ter a gestão da saúde vinculada ao SUS. Infelizmente, na nossa microrregião de Campo Mourão, não funciona.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Apenas um aparte para o Deputado Felipe Lucas, para eu concluir, conforme pede o nosso Presidente.

**O Sr. Felipe Lucas (PPS)**

Gostaria de apenas me somar ao que disse o Deputado Cheida. Há uma necessidade, é lógico, se somamos as Santas Casas de todas as regiões, precisamos pensar muito nos hospitais regionais. Acredito que em Campo Mourão, como vocês estão dizendo, haja um problema local, mas é importante, estamos propondo - como há entre os Deputados um número também significativo de médicos - propondo a conversar com a Secretaria da Saúde para que possamos, de toda a forma, ajudar a melhorar esse trabalho.

Então, proponho a V. Exa. que, no tocante dos próximos dias, estaremos conversando juntos para que a população não venha a sofrer, às vezes, com algumas questões políticas. Então, acho que é o momento. Faço parte também de uma Santa Casa, da qual faço parte da diretoria há muitos anos em Irati e vejo que se precisa somar. Também discordo um pouco do que disse o Deputado Jocelito quanto à questão de Imbituva, porque lá não é Santa Casa, mas é um hospital particular, embora também precisemos olhar os hospitais particulares, porque as vezes, em alguns municípios, não há nenhum hospital. Também precisamos ter um carinho.

Muito obrigado!

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Agradeço a oportunidade e os apartes dos Deputados.

Quero deixar, então, este projeto de lei para que todos os Deputados possam apreciar e finalizando dizer que em Campo Mourão o Prefeito é aliado do Governador, a indicação da Secretaria Regional são todos aliados ao Governador, do Vice-Governador, do Secretário de Estado e tem lá vários Deputados que foram conosco e que também são aliados do Governador. Faço Oposição, mas Oposição não no sentido de prejudicar, pelo contrário, no sentido de alertar e ajudar e a Santa Casa não pode mais esperar.

Obrigado!

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

O Deputado Felipe Lucas citou o meu nome e só queria dizer que sei que lá em Imbituva o hospital é particular e graças a Deus que tem lá um médico, que é um ex-companheiro nosso desta Casa, Dr. Techy, que toca aquele hospital com a determinação de um homem que gosta da saúde, porque a Santa Casa de Imbituva já fechou faz muito tempo e por incompetência de quem?

Não sei!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)*****O SR. VALDIR ROSONI**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nem farei uso da tribuna, mas apenas quero fazer um registro de agradecimento ao Secretário da Habitação, Deputado Rafael Greca. ontem o Secretário Rafael Greca ex-Chefe da Casa Civil do Governo Jaime Lerner, ex-Secretário da Comunicação do Governo Jaime Lerner e que hoje ocupa tão importante posto no Governo Requião, ao me deslocar do plenário depois de ser recusado aqui o requerimento das Oposições de esclarecimento sobre as ações da COHAPAR, o Secretário Rafael Greca fez a deferência de telefonar a este Deputado prestando os esclarecimentos, colocando-se à disposição para prestar os esclarecimentos do nosso requerimento. Conversamos com o Secretário e passei para o Secretário Rafael Greca o nosso requerimento e ele disse que nos informará até segunda-feira tudo o que tem no requerimento, porque ele não tem nada a esconder. Inclusive disse e afirmou que firmou, sim, um compromisso com a CONTRANS, de veículos, e há uma discordância no número de veículos, sendo que há pessoas que falam em 100, mas o Secretário Rafael Greca nos disse que são 56.

Mas, como não estou acostumado em receber a atenção de um Secretário, como recebi ontem, e quero fazer esse registro da espontaneidade do Secretário Rafael Greca de prestar os esclarecimento, mesmo tendo sido negados aqui pelo ilustre Líder do Governo, que deve ter seus motivos para ter negado as informações à Bancada da Oposição. Faço esse registro, Sr. Presidente, porque talvez este agradecimento chegue aos gabinetes dos demais Secretários deste Governo, e que eles tomem a mesma atitude.

Veja, não estou nem dizendo que as informações do Deputado Rafael Greca foram todas as que eu desejava. Por essa razão, encaminhei o nosso requerimento ao Secretário, algumas informações, por exemplo, contrato firmado com o CONTRANS de 56 veículos. Segundo o que ele falou, ele me disse que foi tudo dentro, irrestritamente, da lei. Por essa razão, faço este registro porque foi uma ligação de sinal de respeito a este Poder, e eu faço isso como reconhecimento à atitude do Deputado Rafael Greca.

É claro que me reservo o direito, Deputado Elio Rusch, na segunda-feira, quando eu receber as informações do ilustre Secretário, de voltar a usar o horário da Liderança da Oposição para trazer ao conhecimento desta Casa todas as informações encaminhadas pelo Secretário Rafael Greca.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer a V. Exa. e pedir, à minha ilustre assessoria que encaminhasse um ofício à esta Casa agradecendo ao ilustre Secretário a atenção que este Parlamentar mereceu de V. Exa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

## ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Sem mais delongas, eu iria tratar deste tema que o Deputado Valdir Rossoni tratou. O Secretário Rafael Greca me pediu para comunicar a Casa sobre aquele pedido de informação que foi rejeitado e justamente para poder, de fato, trazer a verdade sobre os fatos. Mas, fico satisfeito de ver, até em função, é claro, da convivência de longo período entre o Secretário Rafael Greca e o Deputado Valdir Rossoni, que ele mesmo aqui já oportunizou a defesa e o esclarecimento sobre o tema, até porque agiu com absoluta licitude a COHAPAR e, claro, as ações que são feitas pelo ex-Prefeito de Curitiba, Rafael Greca.

Ou seja, a COHAPAR tem, tantos veículos de uma frota própria, como também tem veículos locados, e não havendo a possibilidade de concordância da empresa na renovação do contrato pelos valores que eram praticados por mais um ano, foi efetuada a rescisão, enfim, daquele contrato, o reconhecimento, melhor dizendo, da finalização daquele contrato. E foi feita uma cotação de preços para que, em caráter emergencial, se possa contratar por 60 dias 52 veículos que vão poder, claro, prestar à COHAPAR e aos servidores da COHAPAR a estrutura necessária para a execução das mais de 12 mil unidades habitacionais que estão em execução em todo o estado do Paraná, nos 13 escritórios regionais, e que, efetivamente, ao prazo de 60 dias, ou a COHAPAR terá procedido uma nova licitação para poder fazer a locação desses veículos, ou eventualmente a aquisição de frota própria através também de um procedimento licitatório.

Então, agiu com absoluta licitude a COHAPAR. E é aquilo que eu tenho dito, ou seja, infelizmente, há uma tentativa mesmo, muitas vezes por conta, é claro, do papel que resta à Oposição no sentido de fiscalizar, de proceder, é claro, Deputado Elio Rusch, muitas vezes denúncias que, como podemos verificar, são denúncias absolutamente infundadas e se perguntado, eu tenho dito aqui, pergunte-se a questão, o tema é tratado, é discutido, Deputada Cida, sem nenhum tipo de dificuldade de se informar o tema e nem precisa-se, Deputado Antonio Belinati, se utilizar desses expedientes.

Mas, quero dizer que esses temas que envolvem denúncias, que envolvem, claro, eu ouço as narrativas, muitas vezes, eu vou falar o nome dele aqui e daí ele vai querer me apartear e não me deixar falar, mas eu ouço as narrativas do Deputado Jocelito aqui na Casa, ele é um profissional da comunicação, como aliás são muitos aqui.

Agradeço a atenção.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, confesso que sou realmente um profissional da comunicação, até porque faz 25 anos que trabalho no rádio.

Aliás, esses serviços profissionais de comunicação, Deputado Romanelli, estiveram a serviço do Governo na última eleição, ajudando o Governador, estar aqui no comando do Palácio Iguaçu, com muito orgulho, e por isto que estou trabalhando aqui. Mas queria dizer, Sr. Presidente, que com todo o conhecimento que tenho da questão de comunicação, não estou conseguindo entender a forma como o Deputado Romanelli faz os seus pronunciamentos. Ele fala em um linguajar risonho que me lembra os velhos tempos de Anibal Khury, que não entendíamos nada.

Era somente isto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Já falamos aqui na Casa que no dia 18 de abril nós aprovamos um requerimento, ele foi protocolado dia 25 de maio e, por coincidência, acho que era V. Exa. que estava na presidência naquela ocasião, quando nós questionamos. Hoje é dia 30...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou solicitar à assessoria para ver se já há resposta e já comunicamos a V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

É o requerimento da Secretaria da Saúde em relação ao Hospital Colônia Adauto Botelho, da Secretaria da Saúde, se já vieram as informações que solicitamos. Caso o Secretário não tenha prestado as informações, acho que a Mesa tem que tomar as providências.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos verificar e já lhe concedo a resposta.

## ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 143/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, coLstante do expediente, propondo reforma na Escola Estadual Professora Darlene de Jesus Pissaia Moreira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 144/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo reforma na Escola Rural Santa Cruz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 145/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo



aumento de contingente de policiais e ronda ostensiva no bairro da Barreirinha em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 229/07, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos presídios na Comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLÊNÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

##### **EMENDA DE PLÊNÁRIO AO**

##### **PROJETO DE LEI Nº 190/07**

#### **P A R E C E R :**

Em resposta ao Ofício nº 042/07, da presidência desta Comissão de Constituição e Justiça, solicitando manifestação daquele Poder quanto à conveniência e o impacto financeiro da aprovação da emenda de Plenário, o Presidente do Tribunal de Justiça, informa que o Código de Organização e Divisão Judiciária, Lei nº 14277/03, definiu a estruturação das Varas de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, exclusivamente, em comarcas de entrância final. Portanto, estão elas instaladas no foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba e nas comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina e Ponta Grossa.

Quanto à criação, em caráter excepcional, da Vara de Execuções Penais na comarca de Francisco Beltrão, que é de entrância intermediária, informa que a medida se justifica em razão da construção de uma penitenciária estadual naquele município, a qual já está em fase final de instalação e abrigará 960 presos condenados a penas em regime fechado, atendendo a demanda de vagas no sistema carcerário do estado.

Ante as justificativas apresentadas pelo Chefe do Poder Judiciário e a ausência das informações exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/00, demonstrando que a aprovação da medida geradora de despesa não importará desequilíbrio orçamentário e financeiro naquele Poder, verifica-se a impossibilidade legal de aprovação da proposta objeto da emenda de Plenário. Portanto, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer contrário à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

#### **Apoio:**

Luiz Claudio Romanelli, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Carlos Simões, Artagão Júnior, Reni Pereira e 01 ilegível.

Em votação o projeto ressalvadas as emendas.

#### **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

Sr. Presidente, 26 Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sra. 1ª Secretária, por favor proceda à 2ª chamada.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero fazer, de público, e tenho certeza que os Srs. Parlamentares estão em seus gabinetes atendendo Prefeitos, Vereadores que abram mão disso e venham para Sessão, porque falta apenas um Parlamentar para darmos continuidade à Sessão. Quero fazer esse apelo para que os Srs. Deputados venham. A Bancada da Oposição está praticamente toda aqui. Gostaria de solicitar aos Deputados do Governo que venham ao Plenário, precisamos votar matérias importantes e requerimentos importantes. Por isso, Srs. Parlamentares, venham ao plenário para que possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ouvi a sua questão de ordem com muita atenção, mas não há questão de ordem a decidir.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)  
(**Termina a chamada nominal**)  
Vinte e seis Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Não há quórum para votação.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Sobre a mesa, Requerimento nº 1497, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1500, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1509, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1513, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Antes de encerrar a Sessão, respondendo à questão de ordem do Deputado Elio Rusch. A Assembléia não recebeu resposta do requerimento do qual V. Exa. formulou a questão de ordem. Vou comunicar ao Sr. Deputado Nelson Justus para que, em nome da Mesa Executiva, tome as providências cabíveis no Regimento e na Constituição, que são permitidos ao Presidente da Assembléia.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)  
Pediria a V. Exa., que o controle da Mesa, que também atentasse para alguns requerimentos meus que estão

quase fazendo aniversário de extinção, para que colocasse nesse rol de pedidos que devem ser informados sobre aquela lei de que o não cumprimento da lei é crime previsto na lei do estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Perfeitamente, vamos solicitar a assessoria que passe esse levantamento ao Deputado Nelson Justus.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 31, às dez horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

##### **VOTAÇÃO EM**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 313, 335 e 342/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 101 e 231/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 318/07 e do Projeto de Lei nº 331/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 097, 106, 239, 246, 362, 372 e 379/07.

Levanta-se a Sessão.

